

João Heraldó Lima

CAFÉ E INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS
(1870 - 1920)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Campinas, agosto de 1977

A meu pai

Sumário

INTRODUÇÃO	i
CAPÍTULO I - <u>Acumulação Cafeeira e Desenvolvimento</u> <u>Capitalista</u>	1
1. A expansão da produção	1
2. Minas e o "Oeste Paulista": a marcada diferen- ciação	6
3. As possibilidades de expansão da economia ca- feeira da Mata no início do século	12
4. Tabelas referentes ao Capítulo I	43
5. Notas do Capítulo I	49
6. Apêndice do Capítulo I	53
CAPÍTULO II - <u>Acumulação Cafeeira e Limites à Expan-</u> <u>são Industrial</u>	58
1. Introdução	58
2. Apropriação do excedente cafeeiro: sua forma de comercialização	66
3. Problemática industrial	79
3.1. Alguns aspectos da estrutura produtiva industrial	79
3.2. Relações entre o café e a indústria	91
3.3. Evolução entre 1907 e 1920	98
4. Tabelas referentes ao Capítulo II	102
5. Notas do Capítulo II	125
CONCLUSÕES	129
BIBLIOGRAFIA	132

INTRODUÇÃO

"É certo que autores mineiros tem apresentado contribuições de valor, mas é igualmente certo que o conhecimento que se tem de Minas é precário: a sua história tem mais problemas e hipóteses que certezas. O mineiro, apesar da sua fama de estudioso, não se colocou ainda como objeto de estudo. A introspecção, que dizem ser uma de suas características, se lhe tem permitido exames em profundidade enquanto indivíduo, de pouco lhe valeu na própria análise como ser social. A sua história está por ser feita: a que se conhece é parcial, incompleta em toda a linha"

Francisco Iglésias

Apesar de transcorrido já algum tempo, julgamos que essas palavras ainda são verdadeiras. Muito pouco se conhece da história de Minas Gerais, sobretudo a partir do século XIX. Em função disso, ficamos certos de que mesmo um esforço mais modesto como o nosso teria sentido. E é justamente dentro dessa perspectiva que gostaríamos que esse trabalho fosse entendido. Nada mais, nada menos, do que uma contribuição inicial ao estudo de alguns aspectos da história econômica mineira.

Partindo da constatação de que em São Paulo a expansão cafeeira e a origem da indústria foram partes de um mesmo processo e, tendo-se em conta o fato de que em Minas o café também foi a base de sua vida econômica durante

largo período, tentaremos lançar algumas luzes sobre a cafeicultura, a indústria e a relação entre ambas em Minas Gerais.

Para tanto, teremos que analisar, em primeiro lugar, as condições gerais do café em Minas no período que nos interessa (1870-1920), particularmente na Zona da Mata, onde se concentrava a quase totalidade da produção cafeeira do estado. Através desse exame é que poderemos responder quais serão as reais possibilidades de expansão da economia cafeeira de Minas e, sobretudo, qual terá sido o seu poder de estimular outros setores da atividade econômica. Isto será assunto do Capítulo I. A ele é adicionado um pequeno apêndice sobre os aspectos técnicos da cafeicultura em Minas.

No Capítulo II tentaremos caracterizar que tipo de indústria é instalada em Minas nesse período; quais as suas características principais; finalmente, serão sugeridas algumas questões ligadas ao relacionamento café-indústria.

A nossa análise terá como eixo central o processo de acumulação de capital e o exame, limitado, das mudanças nas relações de produção. Como instrumento auxiliar de análise utilizaremos a noção de complexo econômico formulado pelo Professor Wilson Cano (*).

(*) Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1977.

A escolha do período pautou-se pela hipótese de que, 1870-1920, seria uma fase da economia mineira marcadamente distinta, não só da que lhe seguiria, como também do período conhecido como o do "ciclo do ouro".

Finalmente, antecipamos ao leitor uma evidente lacuna deste trabalho, qual seja, o exame da política econômica em seus dois níveis, estadual e federal. Da federal, não nos ocupamos por julgar redundante repetir e sintetizar trabalhos bastante conhecidos que trataram o tema com a devida profundidade (**). No tocante à política econômica estadual de Minas Gerais trataremos apenas de alguns tópicos mais importantes. O leitor também não encontrará qualquer referência específica sobre o "Encilhamento", porque, pelo lado da política econômica vários autores já o fizeram e, por outro, pelo fato de não havermos detectado efeitos expressivos desse fenômeno sobre a economia mineira.

(**) Entre outros lembramos os de Taunay, Furtado, Delfim e, mais recentemente, os de J.M.Cardoso de Mello, Liana Maria L.A.da Silva, Rui Granziera e Luis Antonio Tannuri.

CAPÍTULO I

ACUMULAÇÃO CAFEEIRA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

"Discutia-se interminavelmente, a propósito dos bancos de crédito agrícola e das flutuações cambiais ... Muito poucos estudavam o preço de custo da produção..."

(Taunay, vol.VII, p. 424)

1 - A Expansão da Produção

Como se sabe, o declínio da economia do ouro, localizada de forma predominante na região central do estado de Minas Gerais, provocou um movimento de dispersão da população a partir das últimas décadas do século XVIII. Os veeiros estavam quase que totalmente extintos, e ao mineiro não restava outra alternativa, senão entregar-se à lavoura. De início, de subsistência, até que um novo produto de exportação surgisse e passasse a comandar os principais movimentos da economia.

Ao mesmo tempo em que o Centro minerador vê sua população declinar, a zona da Mata assiste a um firme crescimento populacional ao longo do século XIX: em 1822 contava com 20 mil habitantes, em 1872 com 254 mil e em 1890, com 430 mil (1). A comandar esse movimento encontrava-se a expansão da economia cafeeira. Com efeito, já a partir de 1819 o café surge pela primeira vez em volume apreciável, no quadro de exportação da capitania. Segundo Taunay já se exportavam naquele ano 9.707 arrobas de café, das quais 9.256 provenientes de Matias Barbosa, município localizado quase na divisa com o estado do Rio, e próximo a Juiz de Fora. Nos últimos anos coloniais essa exportação cresceu rapidamente, atingindo 15.400 arrobas em 1820, 22.000 em 1821 e 28.900 em 1822 (2). Quanto aos preços, sem se discutir ainda se eram ou não remunera-

dores, sabe-se pelo menos que eram bastante elevados. Em 1810 a arroba de café custava 3\$300 (três mil e trezentos réis), em 1818, 3\$000, e, em 1820 passava de 6\$000. Nesta mesma época, em Minas Gerais, um boi custava cerca de 4\$000 (3).

As plantações de café se desenvolviam principalmente na fronteira de Minas com o Rio de Janeiro. A partir dos anos vinte do século passado, os lugares de maior produção, além do já citado município de Matias Barbosa, eram Mar d'Espanha, Rio Preto, Porto Novo do Cunha (Além Paraíba) e Pomba. Em 1822 não se afastavam muito para dentro de uma faixa relativamente estreita, na vertente esquerda do Paraíba.

A partir de 1829-30 o algodão cede o primeiro lugar nas exportações mineiras ao café, situando-se este em torno de 81.000 arrobas. Poucos anos mais tarde, por volta de 1837-38, o total de café exportado já ultrapassava a casa das 200 mil arrobas (4).

Essa rápida expansão da produção mineira prossegue firmemente, desbravando a mata. Em 1855 o relatório do Presidente da Província fala da grande expansão da cultura do café no município de Mar d'Espanha e em 1859 outro relatório cita fato idêntico para o município de Leopoldina (5). Eram novas áreas que se incorporavam ao cultivo do café. Nesta década, sua exportação chegou a atingir quase um milhão de arrobas, barreira que seria ultrapassada logo nos primeiros anos da década seguinte (6).

Até aqui, esse vigoroso aumento das exportações poderia ser explicado pela atuação simultânea de pelo menos três fatores decisivos: fácil obtenção de terras apropriadas ao cultivo, abundância de braços que a mineração dispensara e os elevados preços atingidos pelo café.

As cotações alcançadas por esse produto, além de

altas, seriam satisfatoriamente remuneradoras, pois esse acentuado aumento das exportações, até o início da década de 1860, se deu em um quadro de precaríssimas condições de transporte, que deveriam onerar sobremaneira o custo de produção do café (7). O seu transporte, executado por meio de tropas de mula era, não só arriscado, mas, sobretudo, dispendioso (8). Até 1860 gastavam-se cerca de 30 dias em uma viagem de ida e volta entre Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora) e o Rio de Janeiro (9).

O crescente ritmo da demanda internacional acompanhado pela expansão do plantio requeria a contínua abertura de novas terras. A consequência imediata se daria em termos de um agravamento dos custos de transportes exigindo uma busca de solução para o problema. Tal como ocorrera no Vale do Paraíba fluminense e, mais tarde, em São Paulo, ela estaria necessariamente na ferrovia. A importância delas para a economia cafeeira era muito grande. Taunay chega a estimar que o preço do transporte pelo trem seria seis vezes inferior ao das tropas de mula (10).

Antes disso, entretanto, Mariano Procópio inicia em 1855 a incorporação da Rodovia União e Indústria, que é inaugurada em 1861. É claro que uma rodovia nessa época não poderia apresentar sequer uma eficiência comparável à de uma ferrovia, mas certamente significava um enorme progresso sobre as toscas e desajeitadas picadas por onde transitavam as tropas. Assegurava-se, assim, por esse lado, a possibilidade de se continuar expandindo a produção de café por mais algum tempo, até a chegada dos trilhos, logo depois concretizada. A E.F.D. Pedro II atinge Matias Barbosa e Juiz de Fora em 1875. A E.F. Leopoldina, principal via férrea da Zona da Mta, efetivamente integraria toda a região, atingindo Porto Novo e Além Paraíba em 1874, seguindo daí para Leopoldina em 1877, Cataguases em 1885 e Muriaé, Pomba e Ponte Nova em 1886.

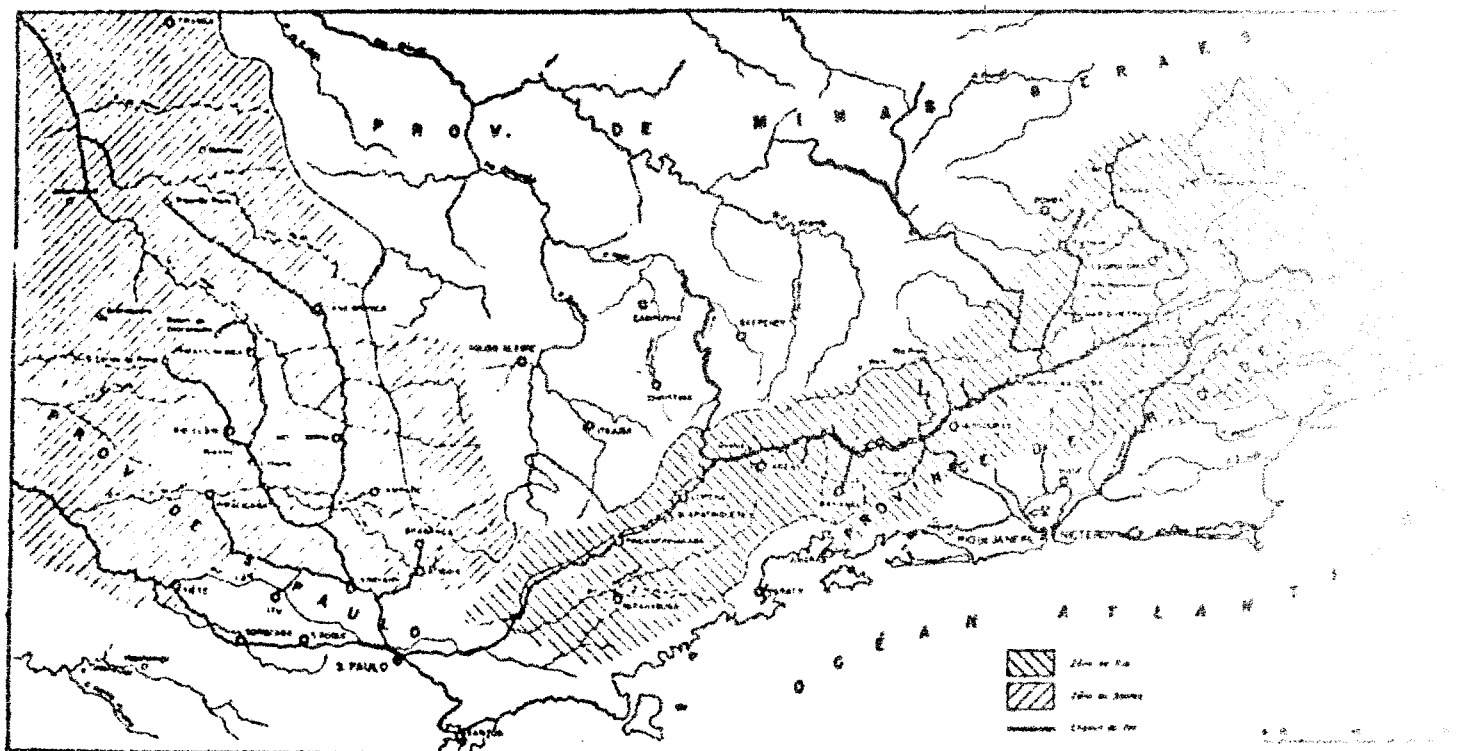
A produção de café na década de 70 prossegue, indicando uma firme tendência ascendente. A média de exportação do decênio 1871-80 esteve em torno de 2,5 milhões de arrobas, sendo que numa safra excepcional como a de 1878-79 chegou-se a exportar mais de 4 milhões de arrobas (11).

Desse sumário quadro traçado até agora podemos perceber que o movimento de expansão do café na zona da Mata, coincide com aquele verificado no Vale do Paraíba fluminense. Coincide também com a expansão do café pelo norte paulista (Barreiro, Areias, Bananal, Jacareí, Taubaté, etc.) (12), região que também integra o Vale do Rio Paraíba. (Ver mapa 1).

Portanto, a expansão da cafeicultura por essa extensa área compreendida pelo Vale Paraíba, se dá, simultaneamente nos estados do Rio, de Minas e de São Paulo, configurando um único processo, que entretanto, marcaria diferencialmente a economia cafeeira de Minas. E o que é mais importante, essa expansão tem lugar no seio de uma economia escravista, com grandes dificuldades de transporte, de beneficiamento do café, etc. Definitivamente, não é essa expansão a que irá dar origem à industrialização, e sim aquela que se verifica um pouco mais tarde em direção ao Centro-Oeste paulista. Esta já ocorre dentro de um quadro geral bastante distinto do precedente. Para o que se pretende mostrar ao longo desse trabalho, é importante reter esse ponto.

Contudo, vejamos mais de perto o ritmo do processo de expansão da produção do café em Minas, recorrendo ao auxílio de comparações com a produção paulista.

MAPA 1



Mapa da área cafeeira em 1884, onde se notam distintamente as duas áreas: a do Vale do Paraíba e a do Oeste Paulista. (Tirado do livro de Van Delden Laerne, *Le Brésil et Java, Rapport sur la culture du café en Amérique, Asie et Afrique.*)

2 - Minas e o "Oeste Paulista": A Marcada Diferenciação

Minas Gerais nunca chegou a ocupar o primeiro lugar na produção cafeeira no Brasil (13). No período em que sua produção apresentou um crescimento bastante vigoroso - décadas de 1850, 60 e 70 - o ritmo de expansão da produção fluminense era ainda maior. O Rio de Janeiro era, de longe, o primeiro produtor, Minas o segundo, enquanto São Paulo "corria por fora", mas se aproximava rapidamente dos ponteiros. A expansão no Rio, como mostrou Stanley Stein, fora tão violenta, promovera uma incorporação e consequente desgaste de terras de tal ordem, que a rápida exaustão da cultura era algo mais ou menos inevitável. Antes do fim do século passado chegava sua decadência; a expansão cessa e a produtividade dos cafeeiros cai vertiginosamente. Em Minas ainda havia espaço e fôlego para o prosseguimento da marcha. Contudo, não com a vitalidade necessária para que a liderança fosse atingida. São Paulo, numa verdadeira "atropelada", avisa que o primeiro posto dentro em breve será seu. E a partir da segunda metade dos anos 80 sua hegemonia na produção cafeeira já é incontestável.

A partir das tabelas I e II (e gráfico anexo), podemos inferir inicialmente que em meados da década de 1870 a capacidade produtiva das economias cafeeiras mineira e paulista deveria ser bastante semelhante. Em que pese o fato de um ou poucos anos não fornecerem uma base segura para comparações, dada a extrema instabilidade da safra cafeeira, que sofria grandes oscilações de ano para ano - podemos observar que entre 1876 e 1881 a distância entre as cifras exportadas pelos dois estados não é muito acentuada, embora São Paulo já estivesse à frente. Há ocasiões

em que os números se acham bem próximos (1879, 1881), chegando mesmo a se igualarem em 1877. Ao se iniciar a década dos 80, entretanto, a base produtiva de ambas as economias já se diferencia consideravelmente, tendo em vista a notável expansão do plantio paulista que se dera a partir de 1876 (14).

E é precisamente a partir daí que suas trajetórias indicarão ritmos de crescimento profundamente distintos. As tabelas III, IV, V e VI ilustram essa situação. As extremas variações em safras sucessivas indicadas nas tabelas I e II, refletem alterações de curto prazo no rendimento por árvore, enquanto que o aumento na produção ao longo de todo o período (1876-1915) indica um crescimento no número total de árvores produtivas. Isto é, uma expansão da base produtiva. Com esse objetivo, elaboramos as tabelas III e IV, onde uma média móvel de cinco anos foi computada para as séries de tempo, visando com isso, minimizar os efeitos cíclicos de produção.

Entre os quinquênios 1876-80 e 1881-85, Minas crescia sua produção em 77,7%, acompanhando de perto a expansão paulista que fora de 83,7% (tabela VI). A década de 1880, entretanto, seria crucial para o distanciamento da produção e da capacidade produtiva de ambas as economias (15).

Tomando-se os quinquênios de 1881-85 e 1886-90, vemos que a produção média de Minas para os dois períodos é a mesma: 4,8 milhões de arrobas sendo, portanto, nulo seu crescimento (tabela V). Enquanto isso a produção paulista para o mesmo período crescia em 51,4% (tabela VI).

A partir daí, não só o ritmo de crescimento das duas economias será acentuadamente diverso, como também se agravará a diferença entre suas bases de acumulação.

No quinquênio 1881-85 a produção média de Minas Gerais era de 4,8 milhões de arrobas, enquanto a de São Paulo 6,8 milhões. No seguinte, aquela permaneceria a mesma e esta saltaria para 10,3 milhões de arrobas. Essa distância se aprofundaria cada vez mais, chegando a ser de 9,8 para 41,3 milhões de arrobas no período 1906-10.

Fica claro, portanto, que a expansão paulista que se observa entre 1891-95 e 1896-1900, que foi da ordem de 76,8% revela claramente sua ampla base de acumulação, ao mesmo tempo em que a dinâmica do café mineiro demonstrava claramente seu estancamento.

Lembramos, a propósito, uma das peculiaridades da acumulação cafeeira. Sua dinâmica envolve dois tipos de inversão, infelizmente mascarados nas poucas estatísticas disponíveis: o investimento de reposição e o investimento líquido, de expansão do estoque de cafeeiros. O investimento de reposição se dá, tanto pelo envelhecimento das árvores, que após certa idade declinam sua produtividade, quanto pela exaustão das terras plantadas. Essa reposição, portanto, torna-se necessária por um ou por outro dos efeitos assinalados, e não raro, pela combinação de ambos.

É fácil se depreender que havendo condições de disponibilidade econômica (16) de terras virgens e aptas ao cultivo, essa reposição se dará em condições de maior eficiência e produtividade. Ao contrário, não havendo aquelas condições - isto é, replantio em terras cansadas - esse investimento de reposição, no caso de haver condições econômicas para sua efetivação, terá produtividade sabidamente inferior ao outro.

Em São Paulo essas condições eram favoráveis. Havia terras disponíveis - com topografia que favorecia a introdu-

dução de métodos de cultivo mais racionais e equipamentos agrícolas. Há que se ressaltar ainda, que também em São Paulo havia sido introduzido o trabalho assalariado, criando, portanto, as condições para um desenvolvimento capitalista, fato esse que em Minas se apresentaria com muito menor intensidade, como se verá adiante.

Em Minas essas condições eram desfavoráveis. A começar pelo relevo excessivamente acidentado da zona da Mata, possuidora das terras mais apropriadas ao cultivo do café, o que dificultava as operações produtivas.

A expansão da fronteira também esbarraria em um sério obstáculo. Na medida em que se dirigisse para o centro ou norte do estado logo se depararia com a aridez das áreas mineradoras. Poderíamos pensar numa expansão em direção ao sul do estado. Entretanto, dada a proximidade dessa região com São Paulo, seria difícil imaginar um deslocamento das bases de acumulação para o sul de Minas em função dos elevados níveis em que ela se processava no Oeste Paulista neste período.

O investimento líquido na cafeicultura mineira, portanto, se via obstaculizado, de um lado, pela impossibilidade de expansão da fronteira e, de outro, pelas estreitas bases de apropriação do excedente, como veremos mais adiante.

Em função disso verifica-se então a crescente diferenciação da base produtiva de cada uma das economias. Em que pese o fato de haverem sido "semelhantes", como tivemos a oportunidade de assinalar, notamos que, à medida em que os anos avançam, o volume de produção paulista se torna extraordinariamente elevado. Em 1906, por exemplo, atinge a 61,5 milhões de arrobas, enquanto que a maior safra mineira, dentro do período considerado, situa-se em 12,5 milhões, no ano de 1901. De 1900 em dian-

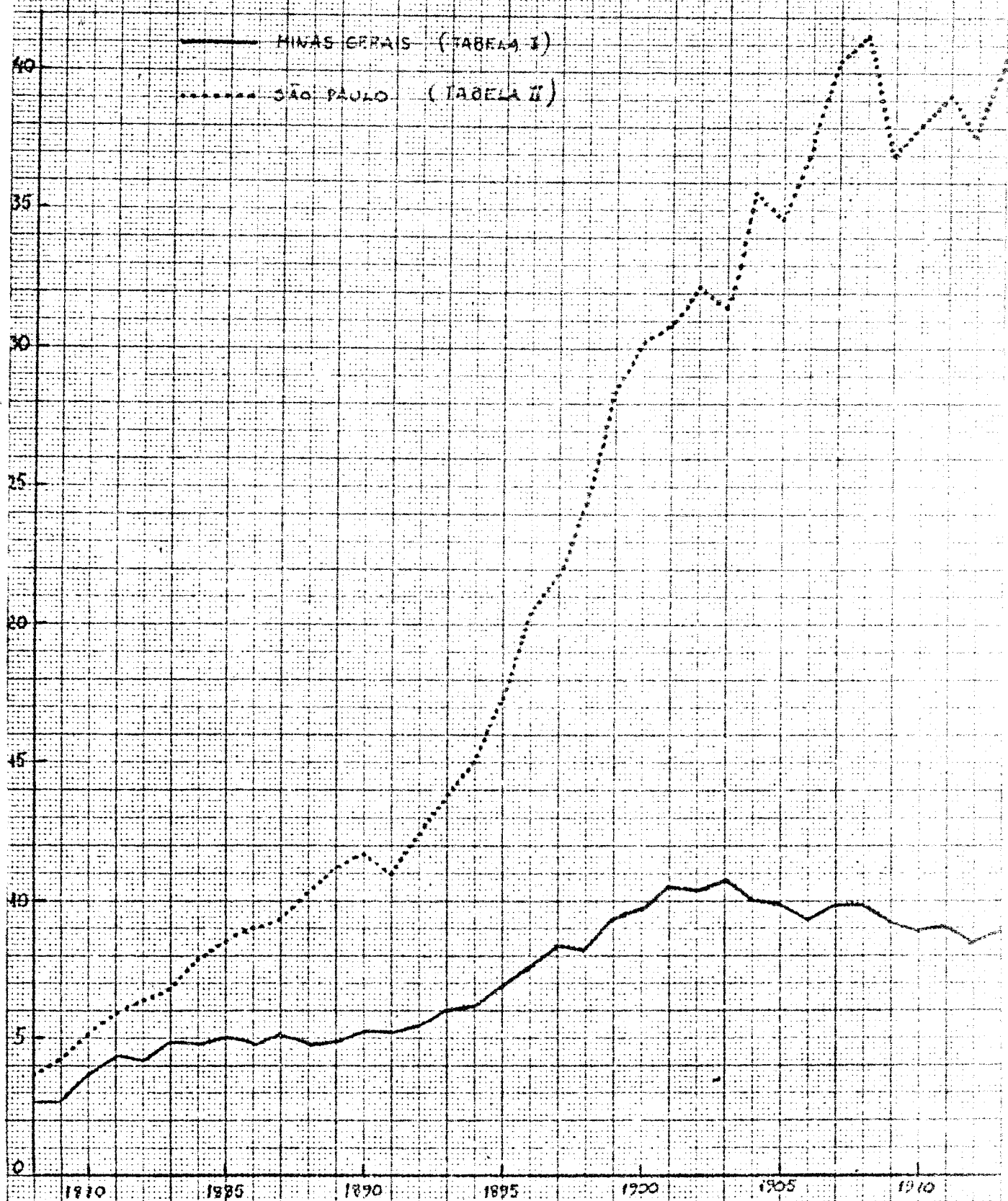
te a cafeicultura paulista dispunha de uma capacidade produtiva capaz de manter o nível da produção sempre acima de 30 milhões de arrobas, independentemente de boas ou más colheitas (tabela IV). Em Minas, para o mesmo período, a capacidade produtiva não permitia que o nível da produção ultrapassasse 10 milhões de arrobas (tabela III).

Ao lado da constância do crescimento da produção cafeeira paulista, exceto para os anos finais da série, se destaca sobremaneira, a sua intensidade. Os aumentos se verificam aos saltos mesmo se examinados pela representação de uma curva elaborada a partir de uma média móvel de 5 anos - intervalo suficiente para introduzir uma considerável "suavização" das formas da curva (ver Gráfico). A expansão em Minas, por sua vez, além de não ser tão constante, é muito menos intensa. Na realidade, ela é mesmo moderadíssima (ver Gráfico). Em 40 anos (1876-1915) ela caminhou pouco. Talvez pelo enorme esforço, ao qual se viu submetida a terra, a partir de 1820. Com efeito, o espaço total por onde se moveu a cafeicultura na zona da Mata, veio sendo literalmente o mesmo desde aproximadamente 1890, quando virtualmente se completa a expansão férrea ligada ao café.

Essas frágeis bases da acumulação cafeeira em Minas são, inequivocamente, responsáveis por sua estancada dinâmica. Esse estudo está por merecer até hoje uma profunda investigação que certamente demanda recursos muito mais amplos do que os que dispomos neste momento. Todavia, no ítem seguinte, tentaremos aflorar as condições dessa dinâmica.

EXPORTAÇÕES DE CAFÉ DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO

1878-1913 (MÉDIAS MOVÉIS DE 5 ANOS, EM MILHÕES DE ARROBAS)



3 - As Possibilidades de Expansão de Economia Cafeeira da Mata no Início do Século

Como vimos, a produção mineira cresce até aproximadamente 1880-81, cessa a expansão nesta década para retomá-la, finalmente, entre 1890 e 1905. É justamente neste período compreendido pela virada do século que ela atinge seus limites mais elevados. De 1905 em diante a produção se estabilizaria, e a nova expansão só teria início a partir de 1919/1920(17). Ora declina, ora se eleva, sem, contudo, se afastar significativamente daqueles níveis alcançados nos primeiros anos deste século. De 1900 a 1919 o café foi dos produtos mineiros que menos aumentou sua exportação, diz Aristóteles Alvim (18). Taunay também sugere algo neste sentido ao dizer que os preços favoráveis do café entre 1889 e 1896 induziram a um notável acréscimo de produção paulista e que, apesar do esforço já se notava que a lavoura da "Mata mineira, cansada, mantinha-se nos limites já atingidos" (19).

Realmente um indicador do dinamismo da economia cafeeira da Mata no período que precede à década de 1860 pode ser buscado no expressivo contingente escravo de que dispunham alguns dos principais municípios produtores. Em 1853 Ubá já contava com 8.446 escravos, Pomba com 5.521 e Mar de Espanha com 9.416 (20). Nesta época alguns municípios da área mineradora, como Mariana, por exemplo, ainda possuíam um grande número de escravos. Mas seu êxodo para as zonas do café já se delineava claramente (21). Nas palavras de E.Viotti: "O desenvolvimento das lavouras cafeeiras de terminou uma redistribuição demográfica... Enquanto os municípios de tradicional área de mineração se despovoavam, o inverso sucedia

nas zonas cafeeiras" (22). Esse aumento da população escrava se verificou até por volta de 1882-83. A partir daí ela decresce, apesar de se manter bastante elevada até praticamente às vésperas da abolição. É o que se confirma pelos dados contidos em um relatório da presidência da Província de Minas Gerais (23), referente ao ano de 1886. A população escrava dos quinze principais municípios cafeeiros da Mata era então de:

Além Paraíba (5º)	8.029
Cataguases	4.955
Carangola	2.127
Juiz de Fora (1º)	20.905
Leopoldina (3º).....	10.905
Mar de Espanha (2º)	11.777
Pomba (6º)	6.029
Ponte Nova	4.732
Rio Novo	3.662
Rio Preto (9º)	5.410
S.João Nepomuceno	4.125
S.Paulo do Muriaé (10º)	5.326
Ubã	8.656
Visconde do Rio Branco	1.908
Viçosa	3.042

Segundo essa mesma fonte a população escrava total de toda a província ascendia a um montante de 286.497. Significava, portanto, que somente esses 15 municípios detinham aproximadamente 34% dos escravos. Entre os 10 de maior população cativa de toda a província, 7 eram da zona da Mata. Os três restantes eram Barbacena (com 8.195 escravos), Diamantina (5.269) e Oliveira (5.468) ocupando o 4º, 7º e 8º lugares respectivamente. Taunay também apresenta alguns dados (24) que vão de encontro ao que dis

semos, sobretudo, no que diz respeito à tendência declinante do número de escravos a partir de 1882-83. Para 1883 ele aponta os seguintes dados:

Juiz de Fora	21.808
Leopoldina	16.001
Mar de Espanha	15.183
S.P. Muriaé	7.775
Rio Novo	7.336
Cataguases	7.124
Rio Preto	6.120
Pomba	6.392
Ubá	6.020

Temos, portanto, um total de 93.859 escravos para 1883. Se tomarmos esses mesmos municípios para 1886 o total cai para 72.625, isto é, acusa um decréscimo de 22,5%.

A questão da mão-de-obra para a cafeicultura mineira parece também indicar situação consideravelmente diferenciada em relação ao que ocorria no Rio de Janeiro e em São Paulo. As informações coligidas na obra de Robert Conrad (25), embora permitam esclarecer determinados pontos, não permitem, entretanto, a elucidação da questão. Através desses dados constata-se o seguinte:

- 1) A cafeicultura em Minas Gerais deveria ocupar somente cerca de 1/3 do plantel escravista;
- 2) Entre 1864 e 1874, esse plantel aumenta de 250 mil para 311 mil escravos, só aparentemente significando aumento líquido de seu componente produtivo, uma vez que, o Censo de 1872 constata a existência de 64 mil escravos com mais de 51 anos de idade, cifra essa na realidade superior do referido aumento do plantel;

- 3) Em que pese isso, há que se lembrar que, tomando-se o início da década de 1880 como exemplo, período em que a produção mineira era, aproximadamente, igual à paulista, este último estado contava com um plantel equivalente a apenas 55% do plantel mineiro;
- 4) A expansão cafeeira que se processa entre meados da década de 70 e início da de 80, revela um aumento no número de escravos dos municípios cafeeiros de Minas de cerca de 10 mil, e uma diminuição, nos municípios da zona de mineração, de cerca de 50 mil;
- 5) Finalmente, os dados de Conrad assinalam ter sido pouco significativo o movimento interprovincial de escravos envolvendo Minas Gerais neste período.

Especulemos um pouco sobre estes fatos:

- 1) Aparentemente, parece ter existido, no período em questão, um peculiar equilíbrio (ou, provavelmente até mesmo um excesso) da oferta de escravos em relação à demanda, principalmente, a da agricultura mercantil (café e outros produtos).
- 2) Certamente os 2/3 restantes do plantel de escravos estavam dispersos pelo território mineiro e, possivelmente, muitos deles vinculados à agricultura de tipo exiguamente mercantilizada; é lícito ainda se pensar que boa parte desse plantel produzia sua própria subsistência, e ainda, embora sendo escravos, representavam muito mais uma riqueza do que um capital.
- 3) As duas hipóteses acima permitem que se pense que, na realidade, não existiria, a rigor, e de forma plenamente caracterizada um mercado para a mercadoria escravo. Se assim foi pode-

mos até mesmo pensar que os preços dos escravos para essa cafeicultura não teriam afetado a sua estrutura de custos na mesma proporção em que afetaram o café paulista e fluminense.

Por tudo que foi dito, pensamos ter deixado claro a especificidade dessa cafeicultura mineira. Essas diferenças são marcantes; mais adiante tentaremos apontar outras. Concluindo, portanto, a respeito desses pontos ligados à sua mão-de-obra escrava, julgamos não haver necessidade de se indagar pela curiosa questão daquele provável "excesso" de escravos e de sua permanência na economia de Minas Gerais.

Lembramos que o preço dos escravos no Vale do Paraíba alcançou níveis elevadíssimos, chegando a triplicar entre 1855 e 1875 quando passaram a valer "cerca de três contos de réis..." (26).

Em São Paulo também o problema se colocava de forma aguda. A restrição da oferta de escravos, diz Wilson Cano, quer em termos de preços, quer de quantidades, constituía o mais grave obstáculo para a acumulação. A forma de se eliminar essa restrição seria o recurso ao trabalho livre (27).

Como vimos, o ritmo de expansão da economia cafeeira de São Paulo era intenso. E é justamente essa intensidade do ritmo de expansão que proporá a rápida e radical solução do problema de mão-de-obra na economia paulista.

A maior produtividade de seus cafezais, acarretando maiores margens de lucro possibilitava contínuo aumento de produção. E aumento de produção significava crescente incorporação de trabalho assalariado. O que pretendemos enfatizar é que o processo de transição para o trabalho assalariado depende, em últi-

ma análise, das condições gerais da lavoura cafeeira, mais precisamente de seu ritmo de acumulação de capital. E neste momento, a "lavoura de São Paulo estava em condições muito mais favoráveis do que as das províncias vizinhas. Em primeiro lugar dispunha de cafezais muito mais novos e terrenos incomparavelmente mais fáceis de amanho, as terras de suave derrame, os largos chãos para dos de Oeste e não as encostas alcantiladas da região fluminense e mineira... As lavouras em tais condições davam um rendimento incomparavelmente menor do que as de suas congêneres paulistas" (28). Essa variação de produtividade irá afetar as possibilidades de transição para o trabalho livre. As regiões em decadência não podem competir com as outras, estando condicionadas a oferecer salários mais baixos (29). Com efeito, em 1906 o salário médio diário para a lavoura cafeeira da Mata era de 1\$500 (hum mil e quinhentos réis) (30). Ora, em regiões dinâmicas do Oeste paulista este nível já havia sido atingido por volta de 1883 (31).

As hipóteses que acabamos de formular, na verdade, encontram respaldo no fato de que a evolução das relações de produção na cafeicultura mineira se verificaram de forma muito lenta, transitando quase sempre por formas intermediárias, nunca chegando a assistir a um domínio razoável do trabalho assalariado. Isso, como veremos mais adiante, afetará, em medida considerável, as próprias possibilidades de uma expansão diversificada dessa economia.

Na realidade, São Paulo despertou cedo para esse problema. O regime de parceria - entendido como uma forma intermediária, transitória entre o trabalho escravo e o assalariado - já ganhava certa popularidade entre os fazendeiros mesmo antes de 1850 (32). Por uma série de motivos - que não discutiremos aqui

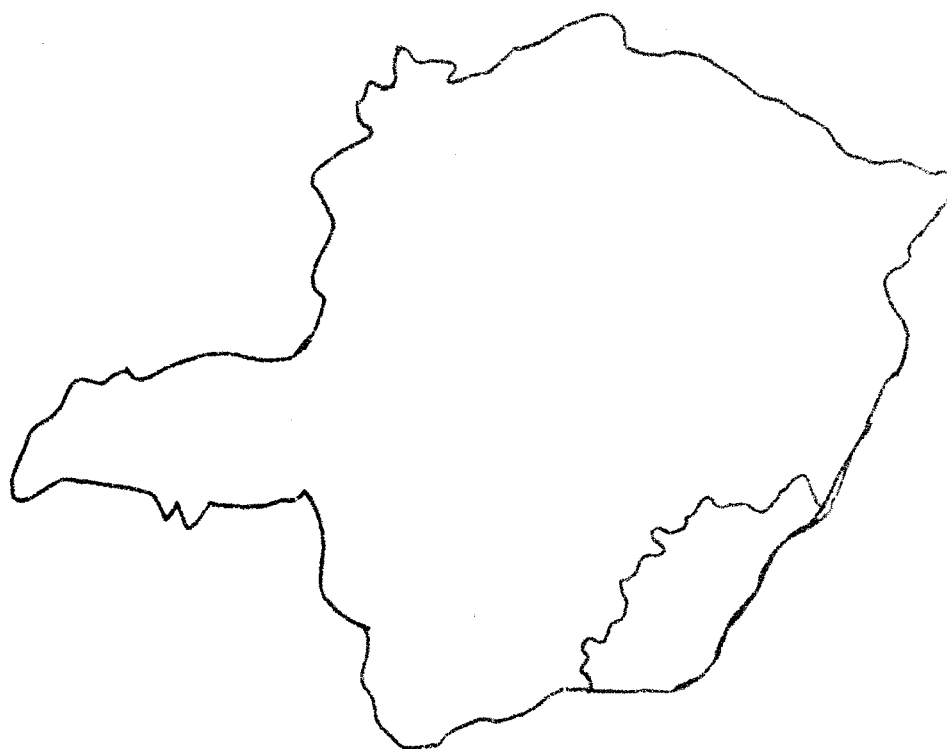
por fugir ao centro de nossas preocupações - o sistema de parceria entraria em declínio já a partir de 1860, sendo gradativamente abandonado (33). Mas isso não significava em absoluto a interrupção do processo de evolução das relações de trabalho. Novas formas de organização de produção seriam efetivamente buscadas. O sistema de trabalho adotado preferencialmente desde a decadência da parceria fora o da locação de serviços ou o "contrato de colono".

A contribuição desse sistema para o desenvolvimento, não só da economia cafeeira, foi decisiva. Sob essa forma de organização do trabalho o colono contava com uma boa parcela de renda monetária. Ela provinha de três fontes separadas (34). Primeiro, do pagamento contratualmente estabelecido pelo cuidado dos cafeeiros durante o ciclo anual de produção. Segundo, do pagamento pela colheita. O colono receberia uma soma, estabelecida no contrato, por alqueire (volume) trabalhado. O alqueire padrão usado em São Paulo, e também em Minas, era o de 50 litros. "No primitivo sistema de parceria a colheita alcançada por cada família era limitada ao número de árvores que ficava sob seus cuidados. No sistema de 'contrato de colono' a colheita era separada no contrato, do trabalho de cuidar anualmente das plantas. Isso permitia uma mobilização mais eficiente da força de trabalho..." (35). Essa parte do salário monetário anual variava consideravelmente em decorrência das próprias alterações do cafeeiro que alterna boas e más colheitas. Terceiro, do pagamento do trabalho diário em volta das fazendas incluindo o trabalho de processamento do café, transporte para a estação, reparos, etc. O restante da renda revestia-se de forma não monetária e incluía habitação,

terra para o plantio de cereais, às vezes assistência médica, etc.

Em Minas, ao contrário, a parceria - na base da meiação - continuava predominante. Não se percebia evolução clara em direção a um sistema de organização do trabalho do tipo 'contrato de colono' ou coisa parecida. É o que se depreende da análise do "Relatório Carlos Prates" de 1906. Trata-se de um importante documento sobre a situação econômica geral da zona da Mata, sobressaindo-se fundamentalmente o exame da cultura cafeeira, de longe, a principal atividade econômica, não só da região mas de todo o estado. Carlos Prates percorreu os principais municípios cafeeiros, procurando dentro dos mesmos conhecer minuciosamente a situação de suas fazendas mais importantes. Foram visitadas 18 municípios - os 15 já citados anteriormente: Cataguases, Carangola, Juiz de Fora, Leopoldina, Mar de Espanha, Pomba, Ponte Nova, Rio Novo, Rio Preto, São João Nepomuceno, S. José d'Além Paraíba, S.P. do Muriaé, Ubá, Rio Branco, Viçosa - e mais Guarará, Palma e São Manoel (conforme mapas anexos). Nele é indicado que, de uma maneira geral, o sistema de custeio das lavouras é misto, ou seja, salário e meiação, com larga predominância desta, em que o meeiro (colono) fica com a metade do lucro da venda do café, deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transporte, comissão de venda, impostos, etc. Geralmente o salário era destinado ao pagamento de tarefas relacionadas com a formação do cafezal, como a derrubada, a queimada, a covagem, a plantação, etc. Também Pierre Denis, por volta de 1909, observou que "a meiação constituia fórmula que no Estado de São Paulo tendia a eliminar-se de per si, embora ainda em Minas corrente" (36).

A ZONA DA MATA



PRINCIPAIS MUNICIPIOS CAFEEIROS DA ZONA DA MATA



- | | | | |
|----|-----------------|----|---------------|
| 1 | Além Paraíba | 14 | V. Rio Branco |
| 2 | Cataguases | 15 | Viçosa |
| 3 | Carangola | 16 | Guarará |
| 4 | Juiz de Fora | 17 | Palma |
| 5 | Leopoldina | 18 | São Manoel |
| 6 | Mar de Espanha | | |
| 7 | Pomba | | |
| 8 | Ponte Nova | | |
| 9 | Rio Novo | | |
| 10 | Rio Preto | | |
| 11 | S.J. Nepomuceno | | |
| 12 | S.P. do Muriaé | | |
| 13 | Ubá | | |

Entretanto, a parceria era preferencialmente adotada, não por opção, mas "por necessidade". Na conclusão de seu relatório Carlos Prates assinala melancolicamente que o sistema de meiação já causara e ainda iria causar grandes males à cultura cafeeira. Segundo ele os meeiros dedicavam mais atenção à cultura dos cereais do que a do café "de forma que os cafezais são abafados e aperreados com a plantação do milho"... trazendo como consequência aquilo que se "observa por toda parte: cafezais raquíticos, de pouca produção e duração. As melhores e mais bonitas lavouras de café que vi, foram, em regra, as que eram tratadas a salário"... Contudo, nas condições atuais, de baixa de preço do produto, "de modo a não permitir o pagamento de elevado salário, a meiação é um recurso para diminuir as despesas de seu custeio e para prolongá-la à custa da própria vida" (37). O problema é que as margens de lucro vigentes, principalmente em períodos de preços declinantes como o que ocorreu de 1896 a 1910 aproximadamente, não permitiam o pagamento de salários capazes de "segurar" mão-de-obra necessária.

A "escassez" de mão de obra era evidentemente relativa. Se o salário pago em São Paulo pudesse ser pago em Minas a "escassez" certamente tenderia a desaparecer. A parceria, portanto, se impunha como forma de "redução" do custo de uma lavoura cafeeira que nesta altura já apresentava baixíssimos índices de produtividade. Na verdade, essa situação revelava claramente as precárias condições para o desenvolvimento capitalista dessa produção, incapaz, portanto, de instituir um mercado de trabalho (38). Não porque faltasse gente; isto havia de sobra. Lembramos também, que não se esgotariam aí os efeitos decorrentes desse atraso (39).

A baixa produtividade antes referida foi devidamente apontada por Carlos Prates que, em 1905 estimou-a, para a zona da Mata, em 36 arrobas por 1.000 pés. "Em São Paulo cafezais de 8 a 16 anos davam facilmente, 100 arrobas e mais por 1.000 pés, enquanto os de 20 e 30 anos, produziam, em média 50 arrobas e os de 35 a 50 anos não davam mais de 20 a 30 por mil pés" (40). João Pinheiro, Presidente do Estado, também reconhecia em 1908 que "na maior parte da zona atualmente produtora de café, não é das maiores o rendimento das colheitas proporcionalmente à superfície cultivada" (41). Descontadas as diferenças entre a fertilidade natural dos solos paulistas e mineiros, permanece a sugestão de que a idade média dos cafezais da Mata era, no mínimo, bastante avançada. Uma ampla renovação desses cafeeiros com o objetivo de reduzir sua idade média, requeria um esforço de acumulação que esta economia certamente não estaria em condições de suportar. A formação de novos cafezais como veremos, demanda amplos investimentos, que só começam a ter retorno decorridos 4 a 6 anos.

A terra já se encontrava cansada depois de anos a fio de exploração predatória. A introdução de simples melhoria nos métodos de cultivo, como a adubação, por exemplo, representava aumento de despesa sendo quase sempre deixada de lado. Ou se partia para novas plantações em novas terras, ou plantava-se novos cafezais em terras velhas (com a ajuda ou não de corretivos), ou simplesmente, não se fazia nem uma coisa nem outra. "Já existem, relativamente, poucos terrenos virgens próprios para a cultura" (do café). Isto foi o que observou Carlos Prates para vários dos municípios percorridos dentre eles Além Paraíba, Ubá, Viçosa, Rio Preto, Mar de Espanha, Rio Novo e Juiz de Fora. Como alternativa para renovação dos cafeeiros restavam terras que já

havia sido utilizadas. Obviamente, cafezais novos em terras novas apresentavam maior produtividade que cafezais novos em terras velhas (supondo-se a ausência da recuperação de terrenos, como na realidade ocorria). Não é à toa que se dizia que "o plantio de cafezal em terra boa valia quase tudo e em terra ruim nada" (42). A força produtiva da terra é fundamental para a determinação de produtividade dos cafeeiros independentemente de bons ou maus métodos de cultivo. Isso se torna mais importante ainda se lembrarmos que o custo de formação e o custo de manutenção de um cafezal que produz 30 arrobas por mil pés, e um de mesmas proporções mas, que no entanto, produz 100 por mil pés, são exatamente os mesmos.

Vejamos mais de perto esses custos. O custo de formação de um cafezal era geralmente calculado com base nas despesas efetuadas para a plantação de 1 (um) alqueire geométrico. Na Mata o número médio de pés de café plantado nesta área era de 4.000 (43). Tomemos então os dados fornecidos pela Fazenda Anna Florência (44), em 1905, situada no município de Ponte Nova:

Derrubada de um alqueire geométrico..	200\$000
Queimada	4\$000
Alinhamento	20\$000
Covação	35\$000
Plantio (de 5.000 covas)	20\$000
Capinas (4 por ano) em 3 anos e	
a 25\$000 por mil pés	<u>1:500\$000</u>
SOMA	1:799\$000

Deles pode se deduzir que o pé de café produtor custava quase 360 réis. Nesta fazenda, especificamente, planta-

va-se 5.000 pés por alqueire. Se, por um lado, isto reduzia o custo do pé de café produtor, dada a existência de alguns itens que representam custos fixos na formação do cafezal, por outro, poderia comprometer a sua produtividade futura.

Outra fazenda, na mesma data, a Liberdade, localizada no município de Guararã apresentava esses dados (45):

Derrubada	150\$000
Aceiro e queima	30\$000
Alinhamento	20\$000
Covação e plantação, \$100 por cova (4.500 covas)	450\$000
Capinas (3 por ano) em 4 anos sendo	
80\$000 nos 2 primeiros anos....	480\$000
60\$000 nos 2 últimos anos	360\$000
SOMA	1:490\$000

Ficava, portanto, o custo do pé produtor em aproximadamente \$331.

As capinas consumiam grande parte do custo de formação dos cafezais chegando a representar 83% no primeiro caso e 56% no segundo. Geralmente, só a partir do 4º ou 5º ano é que o cafezal começava a produzir o suficiente para cobrir as capinas. Habitualmente o fazendeiro se desincumbia do pagamento das carpas, mediante licença para que o colono plantasse cereais (milho e feijão) entre os pés de café, enquanto cresciam. Este arranjo efetivamente reduzia, não só as despesas de formação, mas, também as "necessidades monetárias" do fazendeiro. Quando não permitia o cultivo intercalado de cereais, arcava com o pesado ônus do pagamento das carpas. Quando possuía terras disponíveis apenas para o cultivo desses gêneros, coisa que nem sempre acontecia, ele

costumava demarcá-las e entregá-las aos colonos. Mas isso não lhes interessava. Os trabalhos culturais necessários aos cereais eram processados juntamente com as carpas do café. Estando tudo junto num lugar só, o trabalho era muito menor.

Passemos agora ao custo de produção do cafezal. Como se sabe ele se acha na dependência de fatores que variam enormemente: fertilidade do terreno, salários, recursos de transporte, processos culturais, regularidade climatérica e da colheita, etc. Contudo, fixemo-nos nos fatores mais estáveis. Os dados ainda são relativos à Fazenda Liberdade e dizem respeito ao custo de uma arroba de café, vendida no Rio ao preço de 8\$000 réis, com o cafezal formado e produzindo 50 arrobas por mil pés:

Capinas, 2 por ano, à razão de	
20\$000 por mil pés, e por arroba	\$ 800
Extinção de formigas	\$040
Apanhação (colheita) de 1 arroba	1\$000
Transporte para o terreiro e secagem	\$ 200
Beneficiamento (soque)	\$ 300
Transporte para a estação	\$100
Frete de Bicas ao Rio de Janeiro	1\$020
Imposto (9%)	\$ 720
Comissão (3%)	\$ 240
Transporte no Rio e viração de saco ...	\$140
Eventuais	\$040
SOMA	4\$600

O lucro por arroba posta no Rio seria, então, de 3\$400 (exemplo 1). Isto sem levar em conta, ainda, os juros do capital empregado na fazenda e na formação do cafezal, imposto territorial, serviços de administração, etc. Contudo, analisemos

mais detidamente os dados que acabamos de apresentar. Em primeiro lugar, o problema das capinas. As duas realizadas por ano custaram 40 mil réis pelos 1.000 pés que produziam 50 arrobas - produtividade bem acima da média de toda a região. O custo da capina por arroba era, pois, de $40\$000 \div 50 = \800 . As variáveis que estão em jogo aqui são: o número anual de carpas, o preço delas e a produtividade dos cafezais. As variações de cada uma delas serão decisivas para a fixação do custo de produção por arroba e, consequentemente, para a determinação das margens de lucro. Senão, vejamos.

Vamos, inicialmente, supor a seguinte situação: um fazendeiro percebendo que sua margem de lucro decresce diante da queda das cotações do café, tenta reduzir ao máximo seus custos de produção. A mais imediata providência é a redução do número de carpas. Serão somente duas por ano, como no exemplo dado. Menos que isso significa, praticamente, abandonar o cafezal. Entretanto, suponhamos que os salários sejam não mais de 20\$000 , e sim de 30\$000 pela capina de 1.000 pés (46). Finalmente, as terras desse nosso fazendeiro, já cansadas, produzem aquilo que geralmente se consegue nesta região, ou seja, 35 arrobas por mil pés. Mantendo-se tudo o mais constante, inclusive o preço do café, teremos agora um custo por arroba de ordem de 5\$514. O lucro por arroba cai para 2\$486. Isso se deu, porque nessa nova situação, em que os salários subiram e a produtividade caiu, o custo de capina por arroba passou de \$800 para 1\$714 (exemplo 2).

Podemos supor, também, o caso de um fazendeiro que se recusa a reduzir o número de carpas, porque acredita que assim procedendo estará justamente, contribuindo para melhorar a produtividade de seu cafezal. Fazendas havia em que as carpas chegavam

a cinco por ano. Suponhamos que elas fossem em número de quatro. Se apenas isso se alterasse com relação à situação original (do quadro) teríamos um custo por arroba de 5\$400, e uma margem de lucro da ordem de 2\$600 (exemplo 3).

Finalmente, se supuséssemos uma situação extrema com quatro carpas anuais, ao preço de 30\$000 cada uma e, uma produtividade de 35 arrobas (na realidade, essa situação não é tão extrema assim, pois, havia lugares em que a produtividade por mil pés descia a 20 ou 25 arrobas e até menos); obteríamos um custo por arroba de 7\$228, restando, pois, apenas \$772 de lucro (exemplo 4).

É claro que os demais itens que integram o quadro do custo de produção também variam. O custo de transporte do café, tanto para o terreiro, quanto para a estação de embarque vai depender das condições gerais das vias de comunicação, das distâncias, etc. Entretanto, a partir do exame do "Relatório Carlos Prates" encontramos uma grande homogeneidade nestes dois itens, para toda a Zona da Mata. O frete para o Rio também variava de acordo com a distância. Contudo, com relação ao exemplo escolhido, qualquer variação possivelmente seria para pior. De Bicas, localizada no município de Guarará, para o Rio a tarifa era das mais baixas de toda a região (1\$020 por arroba, enquanto que a de Rio Preto, por exemplo, era de 2\$000, a de Ponte Nova 2\$100 etc.) (47). Todavia, insistimos na idéia de que as variações que realmente mais importavam eram as três que acabamos de assinalar.

Na vigência do regime de meiação as coisas ocorriam de forma um pouco diferente. Tomemos agora os dados da Fazenda do Recreio, localizada, no município de Ubã. "Nesta fazenda me foi mostrada a seguinte conta de venda de café, feita no

Rio, em março último (1905), sendo o café proveniente de cafezais tratados à meiação", diz Carlos Prates (48). Para realçar as diferenças entre essa situação e a anterior, onde se pagava salário, arranjaremos os dados dividindo as despesas realizadas em dois grupos: dentro e fora da fazenda. Segundo a conta foram enviados ao Rio 39 sacos, ou seja, 156 arrobas a 8\$000 cada, produzindo uma receita de 1:248\$000.

Despesas fora da Fazenda

Frete	236\$400
Imposto	124\$280
Baldeação	7\$800
Carreto	15\$600
Comissão (3%)	37\$440
SOMA	421\$520

Despesas dentro da Fazenda (agora não se computa a carpa e a colheita)

Beneficiamento a 300 RS. a arroba.	46\$800
Carreto para a estação a 100 RS.	
a arroba	15\$600
Aluguel de sacos	15\$600
SOMA	78\$000

O total das despesas é de 499\$520 restando, pois, um lucro de 748\$480 pela venda das 156 arrobas. Ocorre, entretanto, que a importância acima é dividida em duas partes, uma para o fazendeiro e outra para o colono ou meeiro. A cada uma delas caberá a quantia de 374\$240, ou seja, o lucro por arroba será de 2\$398.

Vejamos, agora, o que aconteceria se essa mesma fazenda pagasse salários ao invés de adotar a parceria. As 156 arrobas, segundo seu proprietário, correspondem à produção de 5 mil pés de café, isto é, uma produtividade de 31,2 arrobas por mil pés. Supondo que serão efetuadas duas carpas anuais ao preço de 20\$000 para cada mil pés teremos um gasto de 200\$000. Supondo, também, que a colheita será feita na base de um mil réis por arroba, a sua despesa atingirá 156\$000. O total desses dois itens será, portanto, de 356\$000. O lucro do fazendeiro seria 392\$480 (a despesa seria de $499\$520 + 356\$000 = 855\$520$, que deduzida da receita total é igual a 392\$480) pelas 156 arrobas, ou 2\$515 por uma. Isto é, superior aquele que se obteria sob a meiação.

Se este mesmo fazendeiro pretendesse fazer, em lugar de duas, três ou mais carpas anuais; aí seu lucro por arroba já não seria maior do que aquele obtido na parceria (na parceria, geralmente, o número de carpas não passava de 2 por ano). O mesmo ocorreria, também, caso houvesse aumento no preço das capinas. Dado a baixa produtividade tudo passa a depender dos salários e do número de carpas. O ajuste dessas duas variáveis é que irá determinar qual dos dois sistemas será mais rentável. O que pretendemos sugerir é que nem sempre a parceria é o sistema de organização da produção mais lucrativo. A sua adoção indiscriminada pode inclusive ter chegado a debilitar a capacidade de acumulação da economia cafeeira da Mata, uma vez que, este regime de trabalho era amplamente dominante nesta região.

Examinemos mais um exemplo retomando agora, os dados iniciais da Fazenda Liberdade. Pagando salário, o custo da arroba como se viu era de 4\$600 e o lucro de 3\$400. Mantendo-se

os demais dados teríamos, sob a parceria, um lucro de 5\$200 por arroba para ser, evidentemente, repartido entre as duas partes, restando, portanto, 2\$600 para cada uma delas.

A prevalecer aquele nível salarial e as duas carpas anuais era mais rentável para o fazendeiro pagar salários do que adotar a parceria. Em situações como essa a adoção da parceria estaria contribuindo para reforçar um processo de pulverização do excedente, impedindo que ele se concentrasse da maneira desejável, não só para dinamizar a expansão da própria atividade cafeeira, mas de toda a economia da região, que era justamente a mais dinâmica do Estado de Minas.

Sintetizando, portanto, esses exemplos que vimos de assinalar, temos o que se segue:

No caso de pagamento de salários,

Exemplo	Nº de capinas	Preço das capinas	Produtividade arrobas p/ 1.000 pés	Preço do café p/ arroba	Lucro por arroba
1	2	20\$000 cada	50	8\$000	3\$400
2	2	30\$000 cada	35	8\$000	2\$486
3	4	20\$000 cada	50	8\$000	2\$600
4	4	30\$000 cada	35	8\$000	\$772

No caso da meiação o nosso primeiro exemplo indicava um lucro por arroba de 2\$398. Com a introdução do pagamento de salários e as demais hipóteses necessárias, vimos que o lucro passaria a ser de 2\$515 por arroba. No segundo e último exemplo da meiação com o pagamento de salários o lucro ascendia a 3\$400 por arroba e sob a meiação caía para 2\$600.

A produção da Mata, neste período que estamos analisando, atingia níveis consideráveis, praticamente se concentrando nos 18 municípios que assinalamos. Carlos Prates elaborou uma estimativa bastante próxima daquilo que, efetivamente, ocorreu em 1905 (49) e que reproduzimos no quadro abaixo:

Produção Estimada para a Mata (1905)

Municípios	Arrobas
Muriahé	1.500.000
Cataguases	810.000
Ponte Nova	750.000
Ubá	718.000
Carangola	700.000
Juiz de Fora	585.000
Além Paraíba	573.000
Leopoldina	500.000
S.J.Nepomuceno	371.000
Rio Novo	350.000
Pomba	340.000
Guarará	317.000
Mar d'Espanha	315.000
Rio Branco	262.000
São Manoel	200.000
Palma	191.000
Viçosa	38.000
Rio Preto	36.000

Certamente, a grande maioria dessa produção era obtida pela pequena propriedade. Por exemplo, o município de São Manoel contava com 904 propriedades agrícolas. "Destas, 425 são fazendas e sítios de café, relata Carlos Prates (50). Para uma

produção de 200.000 arrobas, cabia a cada uma das propriedades cafeeiras uma média de 470 arrobas, aproximadamente. Este mesmo município contava apenas com 13 engenhos. Entendemos por engenho o conjunto de máquinas necessárias às várias fases do processo de beneficiamento do café. É perfeitamente lícito supor que o número de engenhos existentes guarda relação com o tamanho médio das propriedades. Via de regra, somente os grandes produtores, com boa capacidade financeira eram capazes de suportar as pesadas imobilizações correspondentes à instalação desses aparelhos. Ao pequeno produtor restava a alternativa de pagar o aluguel das máquinas pelo beneficiamento do seu café, ou então, vendê-lo diretamente sem submetê-lo a processamento. Nesta última hipótese é provável que a sua situação se tornasse ainda mais precária. Um relatório da Secretaria da Agricultura de 1908 indicava que o café sem beneficiamento podia ser vendido a 5\$200 a arroba, enquanto que o beneficiado atingia, aproximadamente, 8\$700 (51).

O município de Muriaé era o mais importante sob o ponto de vista da produção cafeeira. Possuía 3.339 propriedades agrícolas o que dava uma média de 449 arrobas de café para cada uma delas. Mesmo se levarmos em conta que algumas não produziam café, a média, possivelmente, continuaria baixa. Para esse avultado número de propriedades só se computava a existência de 65 engenhos. As 1.522 propriedades de S.J.Nepomuceno produziam em média 243 arrobas cada uma. O município possuía somente 34 engenhos de café. Em Guarará essa média se elevava um pouco, sendo provavelmente das mais elevadas de toda a região. A produção média das 400 propriedades era de 792 arrobas e 19 o número de seus engenhos.

Realmente, a partir do exame do "Relatório Carlos Prates" percebemos nitidamente serem raríssimas as vezes nas quais se menciona fazendas com grande produção, isto é, superiores a seis, oito ou dez mil arrobas, enquanto que relatos sobre o café em São Paulo habitualmente apontam fazendas que produzem até dez vezes esses limites.

A cultura do café, principalmente nesta época, na qual a exploração era fundamentalmente extensiva, se pautava por uma constante busca de novas terras. Tratava-se da crucial tarefa de rejuvenescimento do cafezal de forma a se atenuar a queda de sua produtividade média e manter um nível de produção satisfatório. A formação de novos cafezais era, pois, absolutamente indispensável para que esse objetivo fosse atingido. E, inegavelmente, era o grande fazendeiro quem estava em melhores condições de fazê-lo, derrubando a mata virgem que ainda possuísse, ou então adquirindo novas terras. O pequeno fazendeiro dificilmente poderia expandir sua produção. Já seria difícil para ele a simples formação de novos cafezais, quanto mais a aquisição de novas áreas.

Embora 14 anos depois das afirmações de Carlos Prates, o Censo de 1920 confirmava essa estrutura baseada na pequena propriedade:

(1)		(2)		(3)		$\frac{2}{1}$	$\frac{3}{1}$		
Nº de estabelecimentos		Área (hectares)		Cafezais (1.000)					
SP	MG	SP	MG	SP	MG	SP	MG	SP	MG
21.341	41.393	1.028.673	650.706	823.942	480.036	48,2	15,7	38,6	11,6

Fonte: Censo Agrícola, vol.III, 2a.parte.

Fica, portanto, apontada mais uma marcante diferenciação entre as duas regiões, ou seja, o predomínio da pequena propriedade do café em Minas Gerais, fato que se constitui, sem qualquer dúvida - dadas as condições da época - em verdadeiras amarras à acumulação capitalista.

Taunay nos fornece um magnífico exemplo dessa vital necessidade de constante renovação na luta contra a irreversível tendência declinante da produtividade. Reproduzimos os dados referentes a uma fazenda paulista "sobremodo produtiva", estando seu proprietário em boa situação (52).

ANOS	Anos de safra	Lavouras formadas	Lavouras Novas	Colheitas em arrobas
1897	97-98	180.000	104.000	40.600
1898	98-99	180.000	104.000	11.600
1899	99-00	200.000	120.000	50.560
1900	00-01	304.000	16.000	38.000
1901	01-02	320.000	66.000	71.000
1902	02-03	320.000	60.000	34.500
1903	03-04	320.000	82.000	50.580
1904	04-05	320.000	82.000	45.600
1905	05-06	380.000	22.000	43.000
1906	06-07	380.000	22.000	72.000
1907	07-08	380.000	22.000	36.000

Nestes 11 anos foram plantados nada menos do que 700.000 novos pés de café numa média superior a 63 mil por ano. Somente dessa forma, a produção dessa fazenda, embora oscilando de ano para ano, não apresentaria uma tendência declinante. É bem verdade que a produtividade natural dessas terras era bastan

te elevada e isso proporcionava uma contribuição decisiva para o ímpeto desse processo de expansão. Mesmo uma má safra como a de 1898-99 ainda apresentava um índice de produtividade da ordem de 64,4 arrobas por mil pés, sendo que a anterior chegou a apresentar a espantosa cifra de 225,5 arrobas por mil pés. Este índice nesta fazenda sempre se manteve elevado, devido à constante incorporação de novas terras.

Contudo tentemos dar mais um passo em direção a um melhor entendimento sobre as possibilidades de expansão da economia cafeeira da Mata. Para tanto, faremos uma série de suposições, que serão úteis para enriquecer nosso entendimento (53).

Suponhamos que em 1904 um certo fazendeiro se decida pela formação de um novo cafezal com 50.000 pés. Plantando cinco mil pés em um alqueire geométrico, ele necessitaria de, no mínimo, 10 alqueires. Segundo Carlos Prates, nesta época, o preço médio de um alqueire de mata virgem na região era de pouco mais de 300\$000 (54). No ano de 1904 os gastos realizados pelo fazendeiro seriam aproximadamente: (baseamo-nos aqui, em dados já apresentados)

Derruba e roçada (150\$000 por alqueire...	1:500\$000
Aceiro e queima	150\$000
Alinhamento	100\$000
Covação e plantação (\$100 por cova)	5:000\$000
Capinas (3 por ano a 20\$000 p/mil pés) ..	3:000\$000
TOTAL DE 1904	9:750\$000

Gastos de 1905

Capinas (3 por ano a 20\$000 p/mil pés) ...	3:000\$000
Extinção de formigas	40\$000
TOTAL DE 1905	3:040\$000

Gastos de 1906

Capinas (3 por ano a 25\$000 p/mil pés) ...	3:750\$000
Extinção de formigas	400\$000
TOTAL DE 1906	3:790\$000

Gastos de 1907

Capinas (3 por ano a 25\$000 p/mil pés) ...	3:750\$000
Extinção de formigas	60\$000
TOTAL DE 1907	3:810\$000

Presume-se que a primeira colheita de 1908, produza, em dinheiro, o necessário para a manutenção do cafezal durante esse ano. Para o seu trato supomos a necessidade da construção de 10 casas para colonos, na proporção de uma para cada 5.000 pés. O que é, sem dúvida, um número excessivo de cafeeiros para cada família cuidar. Diz Emília Viotti que raramente uma delas conseguia "tomar conta de mais de três mil pés" (55). Essa sobrecarga suportada pelos colonos visava a redução dos custos de produção. À medida que decaía a produtividade eles eram obrigados a manter um número cada vez maior de pés chegando a atingir até seis mil (56). Entretanto, voltamos para as casas dos colonos, que eram de construção extremamente pobre. Taunay aponta que em 1897 uma boa casa de colono em São Paulo custaria perto de 1:500\$000 (57). Pa

ra Minas poderíamos supor um preço três a quatro vezes menor (as casas eram mais precárias, a mão-de-obra empregada na construção, mais barata, etc.), ou seja, 400\$000 para cada uma delas. Admita_umos ainda um juro de 8% ao ano como uma boa taxa para esta época. O nosso quadro de despesas ficaria então:

1904

Valor do terreno	3:000\$000
Gastos	9:750\$000
TOTAL	12:750\$000

1905

Construção de 10 casas de colonos	4:000\$000
Gastos	3:040\$000
Juros s/o capital empregado em 1904 ..	1:020\$000
TOTAL	8:060\$000

1906

Gastos	3:790\$000
Juros s/capital empregado em 1904	1:020\$000
Juros s/capital empregado em 1905	644\$800
TOTAL	5:454\$800

1907

Gastos	3:810\$000
Juros s/capital empregado em 1904	1:020\$000
Juros s/capital empregado em 1905	644\$800
Juros s/capital empregado em 1906	436\$384
TOTAL	5:911\$814

1908

Juros s/capital empregado em 1904	1:020\$000
Juros s/capital empregado em 1905	644\$800
Juros s/capital empregado em 1906	436\$384
Juros s/capital empregado em 1907	472\$894
TOTAL	2:574\$178

Somando os gastos anuais teremos um total de 34:750\$162, que representa o custo do cafezal que acaba de chegar ao limiar de uma idade remuneradora. Pode-se perceber que os juros foram acumulados anualmente e que, ao invés de computá-los à medida em que os gastos foram feitos, por simplicidade, os lançamos a partir do primeiro dia do ano seguinte. Como a maioria dos terrenos de café da zona da Mata era de topografia acidentada, "em que as chuvas, principalmente logo após as carpas, abrem sulcos nos morros, carregando os humus, descobrindo as raízes, o cafeeiro dura, em média, 20 anos, dos quais 15 em produção lucrativa" (58). Fiquemos, portanto, com essa hipótese de uma vida média útil de 15 anos para o cafezal.

O capital empregado de 34:750\$162 a juros de 8% ao ano e amortização em 15 anos, requer, para a sua recuperação, a quantia anual de 4:059\$844, ou seja, mais de 4 contos por ano.

Com uma média de produção de 35 arrobas por 1.000 pés, teremos uma produção anual de 1.750 arrobas. Portanto, cada arroba custará ao fazendeiro por ano, somente de juros e amortização do capital empatado, a quantia de 2\$319 (4:059\$844 ÷ 1.750).

Pois bem, adicionando-se a este custo de formação (2\$319) os custos de produção (incluída a comercialização) ante-

riormente mencionados (o menor custo dos nossos exemplos era de 4\$600), teríamos um custo total de 6\$919, o que se , cotejado com os preços vigentes (de 8\$000, por exemplo), ensejariam uma baixí^sima rentabilidade. Ainda que a produtividade do cafezal recém-formado fosse de 50 arrobas por mil pés, teríamos um custo de formação da ordem de 1\$623(p/arr) e o total atingiria a 6\$223. A margem de lucro, mesmo com essa produtividade acima da média da região e, portanto, atípica, permaneceria baixa.

Embora na presença de tantas simplificações - tais como ausência de gastos para a aquisição de máquinas, construção de terreiros e estradas, salários para administrador, adubação do cafeeiro, etc. - acreditamos que o exemplo dado aponta no sentido daquilo que pretendemos caracterizar: as precárias condições da cafeicultura da Mata no início do século. Ainda um último comentário sobre duas hipóteses contidas no exemplo. Escolhemos uma baixa taxa de juros (8%) de propósito. Qualquer outra acima dela pioraria ainda mais a situação do fazendeiro reforçando assim a nossa argumentação. Quanto à curta vida dos cafeeiros (15 anos), pensamos realmente que poderíamos considerá-la um pouco mais elevada, digamos, 20 ou 25 anos, sem comprometer em nada as conclusões que chegamos. Contudo, pelos relatos disponíveis parece-nos que a suposição feita é bastante real.

Na primeira década deste século o café vivia uma de suas piores crises de preço. De 1896 até 1910 houve uma firme tendência declinante. De pouco mais de dezenove mil réis, o preço médio da arroba chegaria a cair para a casa dos sete. E com o valor de sete, oito ou nove mil réis, as margens de lucro estariam fortemente reduzidas. Computados os custos de juros e amortizações do capital mais os custos de produção, pouco restava pa

ra o cafeicultor. Isso, evidentemente, debilitava a capacidade de expansão dessa economia. Principalmente ao pequeno produtor, praticamente impedido de acesso a novas terras, restava a triste alternativa de assistir o gradual, mas inexorável, processo de envelhecimento de suas terras e cafeeiros.

Finalmente, assinalemos mais uma importante característica da economia da Zona da Mata. O café foi, disparado, o principal produto da região, mas não o único. Juntamente com ele eram cultivados a cana, o fumo, o arroz, o feijão e o milho, sendo que alguns deles em escala considerável. Vários municípios já eram grandes exportadores de açúcar, outros de fumo, outros de milho, etc. Na pior das hipóteses, e segundo Carlos Prates, quase a totalidade deles era capaz de produzir para seu consumo, pelo menos de arroz, feijão e milho; (59) às vezes, também, a cana e o fumo. A auto-suficiência das fazendas era uma "virtude" a ser alcançada. Em São Paulo, ao contrário, o grande surto ferroviário a partir de 1870, fez com que a grande fazenda auto-suficiente cedesse lugar à grande fazenda monocultora (60) sem que isto significasse a completa eliminação das culturas intercaladas ao café. O aprofundamento da monocultura significava ao mesmo tempo, um aprofundamento da divisão social do trabalho, desde que se estabelecesse a produção mercantil de alimentos. De acordo com J.M.Cardoso de Mello, "o setor produtor de alimentos só é mercantil na medida em que o tempo de trabalho da força de trabalho empregada no setor exportador é dedicado, exclusivamente, à produção de mercadorias de exportação. Este setor pode estar organizado à base de trabalho servil, trabalho escravo ou, mesmo, por produtores independentes. Porém, parte do tempo de trabalho da força de trabalho do setor exportador pode ser em-

pregado na produção de subsistência. Neste caso, o caráter mercantil do setor produtor de alimentos desaparece e ele surge como que embutido no setor exportador" (61).

Dois outros relatos de viagem pela Zona da Mata, um de 1915 outro de 1917, revelam que muito pouca coisa se alterara (62). A começar pela persistência da precária situação da cafeicultura. A sua capacidade produtiva continuava igual à da passagem do século, dando-nos a nítida impressão de tratar-se de uma atividade, digamos, "autofágica". Possuía forças para, no máximo, reproduzir-se sem, contudo, ampliar-se. É o que se confirma pelos dados do Anuário Estatístico de Minas Gerais para a produção de café da Mata em 1923, como se segue:

Produção de Café (Arrobas)

Município	Quantidade
Carangola	800.000
Cataguazes	666.000
Muriahé	586.000
Juiz de Fora	520.000
Ponte Nova	437.000
Mar d'Espanha	326.000
Além Paraíba	320.000
Ubá	306.000
Leopoldina	304.000
S.J.Nepomuceno	280.000
Viçosa	260.000
Rio Novo	200.000
Rio Branco	160.000
São Manoel	160.000
Guarará	130.000
Pomba	120.000
Palma	80.000
Rio Preto	26.000

Fonte: Onuário Estatístico de Minas Gerais, ano II (1922-1925), Secretaria de Agricultura-Serviço de Estatística Geral - B.H., Imprensa Oficial, 1929. Quadro VII, p.312.

TABELA I

Exportação Mineira de Café (1876-1915)

(Mil Arrobas)

Áno	Quantidade	Ano	Quantidade
1876	2.000	1896	7.100
1877	2.600	1897	9.800
1878	2.400	1898	8.500
1879	4.000	1899	9.200
1880	2.800	1900	6.600
1881	5.300	1901	12.500
1882	4.100	1902	11.800
1883	5.600	1903	12.400
1884	3.500	1904	8.600
1885	5.300	1905	8.000
1886	5.700	1906	9.500
1887	4.900	1907	10.600
1888	5.000	1908	9.800
1889	4.600	1909	11.100
1890	3.800	1910	7.900
1891	6.300	1911	6.800
1892	6.400	1912	8.800
1893	5.100	1913	10.100
1894	5.800	1914	8.800
1895	6.700	1915	9.300

FONTE: a) Dados de 1876 a 1880, 1908 e 1915 foram retidos de Aristóteles Alvim, Confrontos e Deduções em Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, 1727-1927, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.

b) De 1881 a 1896 foram retirados de uma tabela apresentada na "Mensagem Dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Wenceslau Brás ao Congresso Mineiro no ano de 1910", Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1910.

c) Para os anos restantes, os dados foram coligidos a partir das respectivas Mensagens Anuais dos Presidentes de Províncias.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Todos os dados de Mensagens Presidenciais foram convertidos de quilos para arrobas e arredondados.
- 2) Embora Taunay (Cap. XXV, vol. III) critique os dados de Aristóteles Alvim, verificamos que, sempre que possível esse autor recorreu a dados de Mensagens Presidenciais.

TABELA II

Exportação Paulista de Café (1876-1915)
(Mil Arrobas)

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1876	<u>2.900</u>	1896	<u>20.400</u>
1877	<u>2.600</u>	1897	<u>24.600</u>
1878	<u>3.900</u>	1898	<u>22.300</u>
1879	<u>4.700</u>	1899	<u>22.800</u>
1880	<u>4.600</u>	1900	<u>31.800</u>
1881	<u>5.400</u>	1901	<u>40.600</u>
1882	<u>6.800</u>	1902	<u>33.400</u>
1883	<u>7.800</u>	1903	<u>25.500</u>
1884	<u>7.400</u>	1904	<u>29.700</u>
1885	<u>6.600</u>	1905	<u>27.900</u>
1886	<u>10.300</u>	1906	<u>61.500</u>
1887	<u>10.300</u>	1907	28.800
1888	10.400	1908	38.100
1889	<u>9.100</u>	1909	45.900
1890	11.600	1910	32.400
1891	14.600	1911	39.800
1892	12.800	1912	34.300
1893	<u>6.900</u>	1913	43.400
1894	15.900	1914	37.900
1895	18.800	1915	46.900

FONTE: a) Dados sublinhados foram extraídos de Taunay, História do Café no Brasil, volumes VI (págs 335-358) e XI (págs 15-30 e 31).

b) Os demais foram obtidos em: Brasil, Departamento Nacional do Café, Anuário Estatístico de 1938, Rio de Janeiro, 1938, p. 264.

TABELA III

Exportação Mineira - Média Móvel (5 anos)

(Mil Arraças)

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1878	2.700	1896	7.600
1879	2.700	1897	8.300
1880	3.700	1898	8.200
1881	4.300	1899	9.300
1882	4.200	1900	9.700
1883	4.800	1901	10.500
1884	4.800	1902	10.400
1885	5.000	1903	10.700
1886	4.800	1904	10.000
1887	5.100	1905	9.800
1888	4.800	1906	9.300
1889	4.900	1907	9.800
1890	5.200	1908	9.800
1891	5.200	1909	9.200
1892	5.500	1910	8.900
1893	6.000	1911	9.000
1894	6.200	1912	8.500
1895		1913	

FONTE: Tabela I

TABELA IV

Exportação Paulista - Média Móvel (5 anos)

(Mil Arrobas)

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1878	3.700	1896	20.400
1879	4.200	1897	21.800
1880	5.100	1898	24.400
1881	5.900	1899	28.400
1882	6.400	1900	30.200
1883	6.800	1901	30.800
1884	7.900	1902	32.300
1885	8.500	1903	31.400
1886	9.000	1904	35.600
1887	9.300	1905	34.700
1888	10.300	1906	37.200
1889	11.200	1907	40.400
1890	11.700	1908	41.300
1891	11.000	1909	37.000
1892	12.400	1910	38.100
1893	13.800	1911	39.200
1894	15.000	1912	37.600
1895	17.300	1913	40.500

FONTE: Tabela II

TABELA V

Exportação Média de Quinquênios - Minas e São Paulo
(Mil Arrobas)

Estado	quinquênios	1876-80	1881-85	1886-90	1891-95	1896-1900	1901-05	1906-10	1911-15
Minas		2.700	4.800	4.800	6.100	8.200	10.700	9.800	8.700
São Paulo		3.700	6.800	10.300	13.800	24.400	31.400	41.300	40.500

FONTE: Tabelas I e II

TABELA VI

Crescimento da Produção (%)

Quinquênios	Minas	São Paulo
Do 1º para o 2º	77,7	83,7
Do 2º para o 3º	0,0	51,4
Do 3º para o 4º	27,0	33,9
Do 4º para o 5º	33,4	76,8
Do 5º para o 6º	30,4	28,6
Do 6º para o 7º	- 8,4	31,5
Do 7º para o 8º	- 11,2	- 1,9

FONTE: Tabela V

Notas do Capítulo I

1. ALVIM, Sócrates. In: MINAS e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.
2. TAUNAY, A. História do café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943, v.2, p. 355.
3. ALVIM, Sócrates. Projeção econômica e social da lavoura cafeeira em Minas. In: MINAS e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. p. 42.
4. ALVIM, Aristóteles. Confrontos e deduções. In: MINAS e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927. p. 80.
Ver também: TAUNAY, A. op. cit. v. 3, p. 253.
5. TAUNAY, A. op. cit. v. 3, p. 265-267.
6. ALVIM, Aristóteles. Em 1857 chegou a 968.220 e em 1859 atingiu 889.766. In: MINAS e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. p. 81.
7. Há que se lembrar, contudo, que nas primeiras décadas de sua expansão, as plantações localizavam-se nas proximidades do Rio Paraíba, e, portanto, ainda não interiorizadas.
8. COSTA, Emilia Viotti da. Da Senzala à Colonia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. (Dentre outros, um relato minucioso sobre os riscos e os custos dessa aventura aí é encontrado).
9. ALVIM, Sócrates. Projeção econômica e social da lavoura cafeeira em Minas. In: MINAS e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. p. 52.
10. TAUNAY, A. op. cit. v. 4, p. 405-406.
11. ALVIM, Aristóteles. Confrontos e deduções. In: MINAS e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. p. 81.
12. COSTA, Emilia Viotti da. Da Senzala à Colonia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. p. 68
13. Na verdade, quando dizemos Minas, estamos nos referindo particularmente à Zona da Mata. Durante o século passado e até as três primeiras décadas do atual, essa região respondia pela quase totalidade da produção cafeeira de Minas. Estima JACOB, Rodolpho. Minas Gerais no XXº século. Rio de Janeiro, Gomes, Irmão e Cia., 1911., que a produção da Mata representava mais de 2/3 da produção total por volta de 1908 (p. 52). Contudo,

esta estimativa parece subestimar a importância da produção da produção da Mata no total mineiro. De acordo com TAUNAY, A. op. cit. v. 10, p. 242, o total do café mineiro exportado por Santos - que comercializava a produção do Sul de Minas - foi de 502.000 e 1.200.000 arrobas em 1894 e 1898 respectivamente. Isso representava apenas 8 a 15% do total da exportação mineira nesses anos.

14. Cano, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo , DIFEL, 1977, pag. 41.
15. CANO, W. op. cit., p. 42 e seguintes. Ele também entende que a década de 80 é de fundamental importância dentro do quadro de expansão da cafeicultura paulista.
16. Não basta a disponibilidade de terras. Há que se levar em conta a questão da distância, determinante dos custos de transportes e o preço da terra.
17. Cf. Fraga, Constantino C. Resenha Histórica do Café no Brasil Agricultura em São Paulo. Boletim da Divisão de Economia Rural janeiro de 1963.
18. ALVIM, A. Confrontos e deduções. In: MINAS e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. p.77.
19. TAUNAY, A. op. cit.v. 11, p. 16
20. COSTA, Emilia Viotti da. op. cit. p. 62.
21. Ver a esse respeito CONRAD. Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, especialmente a tabela 12, p. 354.
22. COSTA, Emilia V. da. op. cit. p. 62.
23. Esses dados foram extraídos de relatórios das Juntas Classificadoras dos Municípios para a distribuição de uma das parcelas da quota do fundo de emancipação dos escravos que constavam da Mensagem que o Sr. Dr. Antônio Teixeira de Souza Magalhães, 1º Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, apresentou ao Exmo. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos ao passar-lhe a administração a mesma Província em 1º de Janeiro de 1877. Ouro Preto, 1877.
24. TAUNAY, A. op. cit. v. 7, p. 457.
25. CONRAD. R. op. cit. tabelas III,V,IX e X.
26. CANO, Wilson. op. cit. p. 26.
27. CANO, Wilson. op. cit. p. 35.

28. TAUNAY, A. op. cit. v. 9, p. 22.
29. COSTA, Emilia Viotti da. op. cit. p. 197.
30. A Lavoura e a Indústria da Zona da Mata. (Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário das Finanças pelo Engenheiro Carlos Prates, Imprensa Oficial, 1906).
31. COSTA, Emilia Viotti da. op. cit. p. 195
32. COSTA, Emilia Viotti da. op. cit. p. 80.
33. _____. p. 85 e seguintes. (Faz um minucioso relato dos motivos que levaram esse sistema ao fracasso).
34. Ver a esse respeito: HOLLOWAY, Thomas. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar. Estudos Econômicos, 2 (6) dez. 1972. p. 162 e seguintes.
35. HOLLOWAY, T. op. cit. p. 162.
36. Citado por TAUNAY, A. op. cit. v. 11, p. 258
37. "Relatório Carlos Prates", p. 136-137.
38. A respeito da transição para o trabalho assalariado ver o trabalho de J.M. Cardoso de Mello, O Capitalismo Tardio: contri**bu**ição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1975. pp.69-89.
39. Por exemplo, com isso permaneciam os entraves ao desenvolvimento de um mercado mais amplo para bens e serviços, a uma maior possibilidade de diversificação dos investimentos, etc. Em São Paulo essas condições eram sabidamente outras.
40. COSTA, Emilia Viotti da. op. cit. p. 197.
41. Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro, no ano de 1908. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908.
42. TAUNAY, A. op. cit. v. 11, p. 220.
43. Ver quadro nº 2 do "Relatório Carlos Prestes".
44. "Relatório Carlos Prestes", p. 75.
45. _____. p. 90.
46. O "relatório Carlos Prates" aponta variações de salário de um município para outro dentro da zona da Mata sem, contudo, mencionar suas causas. Possivelmente uma explicação para elas poderia estar no fato de que as dificuldades da capina variavam de acordo com a localização dos cafeeiros (terrenos mais ou menos íngremes), sua idade, etc. Por exemplo, cafezais ve

lhos e improdutivos fariam com que a mão-de-obra demandasse maiores salários pelo seu trato, dada a baixa renda que certamente receberiam pela pequena colheita. Do referido relatório podemos citar essas diferenças de salários, entre outros, para os seguintes municípios: 20\$000(pela capina de 1.000 pés) no município de Guarará(p.90), 25\$000 em Ponte Nova(p.75), 40\$000 em Rio Preto(p.80).

47. Os fretes variavam também em função das Cias. transportadoras. A E.F. Central do Brasil e a E.F. Leopoldina, muitas vezes cobravam tarifas diferentes para uma mesma distância.
48. "Relatório Carlos Prates", p. 54.
49. A estimativa esteve um pouco acima dos dados de exportação para este ano. Ver tabela I.
50. "Relatório Carlos Prates", p. 24.
51. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Juvenelino Barbosa, Secretário das Finanças, pelo Engenheiro Carlos Prates, Diretor de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização referente ao ano de 1908. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909. p. 253.
52. TAUNAY, A. A. op. cit. v. 11, p. 264-65.
53. O Deputado Ribeiro Junqueira fez um estudo semelhante, e do qual seguimos as linhas gerais, só que para a década de vinte. A tributação e a produção cafeeira em Minas Gerais. "O Jornal", 15 de outubro de 1927, oitava seção, p. 3.
54. "Relatório Carlos Prates", quadro nº 1, p. 140.
55. COSTA, Emilia Viotti da. op. cit. p. 102.
56. _____. p. 197.
57. TAUNAY, A. op. cit. v. 9, p. 309.
58. RIBEIRO, Junqueira. A tributação e a produção cafeeira em Minas Gerais. O Jornal, 15/10/1927, Oitava Seção p. 3.
59. "Relatório Carlos Prates", quadros 2 a 9.
60. COSTA, Emilia Viotti da. op. cit. p. 177.
61. MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1975. p.27 (Tese de Doutorado).
62. CAPRI, Roberto. Minas Gerais e seus municípios - Zona da Mata. São Paulo, Weiss e Cia., 1916.
UBATURA, E. Na Zona da Mata - das margens do Pomba às do Paraíba. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918.

APÊNDICE

Alguns Aspectos Técnicos da Cafeicultura em Minas Gerais (1)

O cafeeiro é, antes de tudo, planta de terra virgem ou muito descansada. A partir disso assume grande importância dentro de seu ciclo produtivo o preparo inicial do local onde será plantado, isto é, a derrubada da mata. Esse serviço abrange duas operações distintas: a roçada - feita com foices, compreendendo o corte das taquaras, cipós e arbustos que ocupam o espaço entre as grandes árvores - e a derrubada propriamente dita, com o emprego de machado. É uma tarefa altamente especializada. O bom machadeiro conhece o tombo das árvores. Ele "calcula o tombo da árvore mestre e das demais que terão de receber e transmitir o choque daquele, sucessivamente, até as últimas árvores picadas" (2). Se falhar a picaria "serão dias e dias de canseira e perigo" obrigando o machadeiro a "repicar aqui e ali os paus mais resistentes" (3).

Esse serviço, em Minas, requeria com muito maior frequência, maior destreza, do que em São Paulo, em função das diferenças de topografia, dado que a mata mineira apresentava um relevo muito mais acidentado do que o planalto paulista. Estimava-se que a roçada e a derrubada de um alqueire geométrico (48.800 m²) exigia, em regra, 20 serviços de foice e 30 serviços de machado (4). Durante a escravidão os fazendeiros evitavam empregar seus dispendiosos escravos nessa "perigosa tarefa" preferindo os "posseiros livres que viviam em pequenas roças no mato e que eram mateiros experimentados", como diz Stanley Stein.(5).

Derrubado o terreno, espera-se que o mato fique bem seco, de forma a proceder-se a queima. Esta também é uma operação que exige certa técnica a fim de que se obtenha um serviço perfeito. "A queima da derrubada não deve ser insuficiente nem exagerada" (6). Se insuficiente o destocamento da roça ficaria muito caro e o terreno não daria boa produção nos primeiros anos, devido a falta de elemento alcalino, no caso representado pela potassa da cinza. Caso contrário, sobreviria o precoce empobrecimento da terra, pela destruição da substância orgânica milenarmente acumulada no solo, pela mata (7).

Segue-se o alinhamento ou marcação do terreno e a abertura das covas. Uma correta marcação é indispensável na medida em que permite uma melhor utilização do terreno e facilita as operações de cultura. Feito isso processa-se a abertura das covas destinadas a receber as sementes ou mudas do cafeeiro. A profundidade delas varia de acordo com a topografia do terreno. Em regiões acidentadas como a Zona da Mata, onde o café é plantado em morros que chegam a ser bastante íngremes, as covas devem necessariamente ser mais profundas para proteger melhor as raízes da árvore contra as enxurradas de chuvas.

O plantio de sementes exige certos cuidados pré-vios. "Os nossos cafezistas, em sua maioria não possuem viveiros para o serviço de plantio e replantio de suas fazendas"(8). Quando plantam de semente empregam café colhido pelo processo comum, sem seleção. Com mudas também raramente há seleção. "No plantio de semente, colocam-se de 10 a 15 bagos de café em cada cova", sendo que esse número "relativamente elevado, explica-se pela facilidade com que o café perde o seu poder germinativo" (9). Durante a formação do cafezal eliminam-se as plantas menos robus-

tas, deixando-se duas a quatro mudas em cada cova, que constituirao o pé de café definitivo. No plantio de mudas, colocam-se de duas a quatro plantas em cada cova.

Uma vez plantado o cafezal, seguem-se os diversos cuidados conducentes à sua completa formação - as carpas, a limpeza das covas, o replantio. Do quarto ano em diante o cafezal começa a produzir atingindo pleno desenvolvimento entre o quinto e o sétimo ano de vida. Normalmente ele exige 4, e às vezes, 5 capinas anuais, além da arruação destinada a favorecer a colheita. Como a manutenção de um cafezal ainda improdutivo era coisa dispendiosa, como veremos, o número de carpas feitas por ano dependia do próprio estado econômico-financeiro do fazendeiro. Dependendo da situação elas eram reduzidas gradativamente, chegando mesmo a serem abolidas. Isso, evidentemente, comprometia a produtividade média do cafezal.

Além das capinas e arruação, o cafezal reclama outros cuidados, tais como a extinção de formigueiros, a eliminação de parasitas vegetais, o "penteamento" dos cafeeiros (eliminação dos galhos secos), adubação, etc.

Com a colheita inicia-se uma das operações mais complicadas e onerosas da lavoura cafeeira. Dois processos são mais utilizados: a colheita aérea e a de derriçamento. Segundo esta o café é atirado ao chão, em seguida passado na peneira, metido em sacos ou balaios e conduzido para junto dos carregadores. Na colheita aérea o café é jogado diretamente ao balaio preso à cintura de quem o colhe. O derriçamento tem o grave inconveniente de misturar o café com a terra, ciscos e outras impurezas. "Depois de seco e beneficiado, o café colhido no dia por um apanhador reduz-se a cerca de três arrobas de produto pilado" (10).

Depois de colhido e medido o café é transportado para os terreiros de fazenda, onde começa seu beneficiamento. Essa etapa de produção cafeeira passou por um longo processo de evolução. Inicialmente, diz Taunay, o descascamento era realizado a braço, nos pilões comuns (11). Também era muito utilizada a batida à vara nas tulhas. Depois surgiu o "utilíssimo e modesto monjolo", substituído a seguir pelo engenho de pilões que, de início, era acionado por juntas de bois e, mais tarde, por força hidráulica. Segundo Taunay, o benefício mecânico do café por meio do engenho foi a forma que os fazendeiros encontraram para "poupar a negrada". Os pilões eram "verdadeiras catedrais de madeira, tão toscas quanto brutais", onde o café era esmagado até o ponto de ser ventilado (12). Finalmente surgem modernas máquinas - despolpadores, ventiladores, separadores e brunidores - que combinadas efetuam as diversas operações de beneficiamento do café. Em todas essas sucessivas fases desse processo de evolução dos métodos de beneficiamento, a grande maioria dos fazendeiros mineiros não conseguia possuir os equipamentos que em cada uma das etapas eram os mais modernos.

Notas do Apêndice - Capítulo I

- (1) Este item se baseia fundamentalmente em um número especial de "O Jornal" (15 de outubro de 1927, oitava seção, p. 9-10) e no cap.4 da publicação MINAS e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. Demos preferência a essas fontes, porque a nosso ver elas refletem mais fielmente as condições da cultura do café em Minas no período que nos interessa. TAUNAY também faz um interessante e minucioso relato sobre a cultura cafeeira, principalmente na 3a. parte do volume 10 de sua obra.
- (2) MINAS e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929, p.104.
- (3) _____. p.105.
- (4) _____. p.105.
- (5) STEIN, Stanley. Grandeza e decadência do café. São Paulo, Brasiliense, 1961, p.39.
- (6) MINAS e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, 1727-1927, op. cit., p.105.
- (7) _____. p.105.
- (8) _____. p.109.
- (9) _____. p.111.
- (10) _____. p.117.
- (11) TAUNAY, A., História do café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943. v.2, p.378.
- (12) _____. p.385.

CAPÍTULO II

ACUMULAÇÃO CAFEIEIRA E LIMITES À EXPANSÃO INDUSTRIAL

1) Introdução

No capítulo anterior restringimo-nos ao exame do café em Minas mantendo-nos dentro dos limites da unidade produtora, isto é, da fazenda. Pretendemos agora analisar outros segmentos da economia que, de uma forma ou de outra, se vinculavam à atividade cafeeira. A nossa abordagem será bastante introdutória visando apenas especular sobre alguns pontos da história econômica de Minas que precisam ser estudados de uma maneira mais profunda e detalhada. Nossa preocupação, pois, não é a de encerrar a discussão em torno destas questões, mas, pelo contrário, apenas iniciá-la.

Ao analisar o processo de formação e desenvolvimento da economia capitalista de São Paulo, Wilson Cano lança mão de uma idéia que nos parece extremamente importante. Diz ele: "Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atuam cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipo de interrelacionamento entre elas possibilita o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades - sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto - creio que se lhe pode chamar de complexo econômico" (1).

A idéia do complexo econômico permite que se estabeleça uma melhor organização acerca daquilo que é mais rele-

vante para o entendimento da formação e expansão de uma determinada economia. Ao explicitá-la mais detidamente Wilson Cano coloca que dentre seus diversos componentes um complexo "conta com uma atividade que é a principal e predominante..." (2). Em Minas, como em São Paulo, em um determinado momento o café representou a principal atividade econômica do Estado. Mas as semelhanças, entre as duas economias, possivelmente, não irão além do fato de ambas haverem possuído a vida econômica baseada no café. O complexo cafeeiro paulista apresentou uma dinâmica, o mineiro, outra. No presente contexto nos limitaremos a indicar onde poderiam estar situadas algumas das particularidades do complexo cafeeiro de Minas, e que numa medida ou noutra determinaram um certo tipo de desenvolvimento da economia desse Estado. Trata-se, portanto, de uma tentativa inicial de se apontar algumas das possíveis especificidades do complexo cafeeiro em Minas (se é que ele realmente chegou a existir).

Retomemos então os passos seguintes de elaboração da idéia de complexo cafeeiro desenvolvida por Cano. Ele destaca entre seus principais componentes os seguintes (3): 1) "a atividade produtora do café"; 2) a produção de alimentos e matérias-primas desenvolvida dentro e fora da propriedade cafeeira, configurando no segundo caso "a agricultura que produz essencialmente para o mercado"; 3) a atividade industrial vista pelo menos em três segmentos: "um, representado pela produção de equipamentos de beneficiamento de café; outro, pela importante indústria de sacarias de juta para a embalagem do café, e o terceiro, representando os demais compartimentos produtivos da indústria manufatureira..."; 4) a formação de um sistema ferroviário; 5) "a expansão do sistema bancário"; 6) o comércio de exportação e im-

portação; 7) "o desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura - portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações - bem como daquelas inerentes à própria urbanização, como o comércio, por exemplo"; 8) por último, "a atividade do Estado, tanto do governo federal como do estadual, principalmente pela ótica do gasto público" (4).

Como se vê, a análise do complexo cafeeiro requer estudos sobre os mais variados setores da atividade econômica. No caso de Minas Gerais, se tomarmos elemento por elemento, concluiremos que pouco ou quase nada se sabe a respeito de cada um deles. Esse não é o quadro que se verifica para São Paulo. Sua história econômica é razoavelmente conhecida. Pode-se dizer que, existem vários estudos sobre o tema. Isso permitiu um grande avanço, sobretudo na determinação das ligações entre o café e a expansão de outras atividades como a bancária, a industrial, etc.

Para se responder até que ponto o café determinou o desenvolvimento geral da economia mineira necessitamos, antes de mais nada, de estudos que procurem captar os distintos momentos da atividade cafeeira (no campo e na cidade) e seus efeitos sobre o restante da economia.

Por exemplo, não existem estudos sobre a implantação e expansão ferroviária associada à acumulação cafeeira em Minas. Desconhece-se a extensão do envolvimento direto e indireto do capital cafeeiro neste setor. Se, por um lado, sabe-se que as ferrovias mineiras eram francamente deficitárias, por outro, não se conhece o mais importante, ou seja, as causas desses constantes déficits. Entretanto, esse problema parece estar diretamente relacionado à inserção dessas ferrovias numa região que, como já vimos, tinha fraco dinamismo, precárias bases de acumu-

lação e incipiente desenvolvimento capitalista. Aliás, não foi outro o desempenho das ferrovias no Vale do Paraíba e no Nordeste. Vale dizer: poucas chances teriam para operar em bases capitalistas eficientes.

O governo - tanto do Estado quanto da União - era chamado a intervir com frequência nesse setor. Em 1902, por exemplo, todas as ferrovias do Estado se achavam controladas e/ou administradas por ele: pelo Governo do Estado, a Leopoldina, a Oeste de Minas, a Sapucaí, a Bahia e Minas, a Muzambinho, a Cataguzes, a João Gomes à Piranga e a Paraopeba pelo Estado e, pela União, a Central, a Minas and Rio, a Muzambinho e o segmento mineiro da Mogiana, este, apenas administrado (5). Até aquela data a última intervenção se verificara nas estradas de ferro Cataguzes e João Gomes à Piranga em 1900 (6). O capital privado se retirava desse importante setor. Para Minas Gerais, nesse particular, se aplicava inteiramente a observação de que "ao contrário do que ocorreu com a maior parte das ferrovias nas demais regiões brasileiras, as implantadas em São Paulo tiveram um padrão de eficiência contribuindo poderosamente para a expansão do processo de acumulação do complexo" (7).

Em 1910 São Paulo contava com 20 ferrovias. Somente 3 eram de propriedade do governo (2 do governo federal e 1 do estadual) e 1 do capital estrangeiro, sendo que as 16 restantes pertenciam ao capital nacional privado (8). É por demais conhecida a ampla vinculação do capital cafeeiro paulista - principalmente de fazendeiros -, com esses empreendimentos, notadamente com a Mogiana e a Paulista. Até essa data o capital total investido nas ferrovias ultrapassava largamente todos os capitais em

pregados na indústria de transformação do Estado de São Paulo. Nesse período esse setor desempenhou um importante papel no tocante às perspectivas de diversificação das possibilidades de inversão dos lucros obtidos com o café. Mais uma vez recorrendo a Wilson Cano assinalamos com ele que as ferrovias, além de transferirem economias externas e diminuir os custos dos cafeicultores, passavam a "cumprir mais dois importantes papéis. Um, por se tornar uma nova e rentável oportunidade de inversão a parcelas do excedente gerado pelo complexo cafeeiro, tornando-se des-
tino para parte desses capitais; outro, refere-se a sua lucratividade alta, que lhe confere o caráter de origem de novos capitais que permitem uma nova ampliação do excedente do complexo" (9).

Como já foi assinalado anteriormente, as condições da participação desse importante segmento do complexo cafeeiro no processo geral de expansão da economia mineira infelizmente são muito pouco conhecidas.

Mas não se esgotam aí as lacunas que impedem o exame integrado dos componentes do complexo cafeeiro em Minas e, conseqüentemente, as possibilidades de análise de seu funcionamento global. A atividade do setor bancário no período em foco também não é conhecida. Sabe-se, por exemplo, que o empreendimento bancário de maior expressão no período - Banco de Crédito Real de Minas Gerais - foi criado em Juiz de Fora ainda em fins da década de oitenta do século passado. Entretanto, ignora-se, não só em que medida o capital cafeeiro participou desse empreendimento, mas também aspectos ligados à política de expansão adotada por esse banco, quais setores da economia ele financiou, co

mo evoluiu a estrutura de seus ativos, a proporção entre o capital próprio e o de terceiros, etc. A análise de informações dessa natureza permitiria o esclarecimento do relacionamento do café com o próprio desenvolvimento do capitalismo em Minas.

Intimamente vinculada com a atividade bancária surge a questão das atividades comerciais. Principalmente a commercialização do café mineiro. A respeito dela arriscaremos algo mais adiante, mas, podemos antecipar que, a exemplo das outras, pouco se sabe sobre esse assunto. O mesmo ocorre com o próprio processo de implantação de indústrias. Em que condições ele se deu, qual a origem dos capitais investidos nesse setor, que tipo de indústria se instalava, qual o seu porte, seu grau de concentração, etc., todas essas e outras mais são questões à espera de resposta. Isto contrasta com o que ocorreu em São Paulo. Além de vários desses pontos já terem sido pesquisados, pode-se lá avançar consideravelmente no entendimento da vinculação entre o café e a indústria. A participação da burguesia cafeei-ra paulista em vários empreendimentos industriais é bem conhecida. São inúmeros os casos que comprovam, não só a participação direta do café na indústria, mas também a participação indireta via sistema bancário. Em suma, para São Paulo se conhece, não apenas as incursões de sua burguesia cafeeira por outros ramos da atividade econômica, mas também a própria origem da burguesia industrial, coisas que se fundem num mesmo processo.

Com relação a Minas Gerais, o que se sabe na literatura corrente, é que foi justamente na Zona da Mata, ou seja, na principal região cafeeira do Estado, que se desenvolveu até aproximadamente 1930, o seu principal núcleo industrial (so

bretudo no município de Juiz de Fora que os mineiros orgulhosamente chamaram de "Manchester Mineira").

Como já dissemos, os investimentos diretos de cafeicultores paulistas na indústria foram muitos. Por exemplo, uma das maiores fábricas de toda indústria em São Paulo em 1907 era uma textil que produzia sacarias de juta. Pertencia a Alvares Penteado e foi instalada em 1889 "com capitais provenientes de sua fazenda de café". Do mesmo modo a Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo e a Fábrica de Tecidos Votorantim, respectivamente a "maior indústria mecânica" e a "segunda mais importante fábrica textil de São Paulo", foram fundadas (no fim do século passado) por "capitalistas cujos recursos provinham de suas fazendas de café, ou de bancos fundados pelos próprios fazendeiros" (10). E assim ocorreu com vários outros empreendimentos, todos eles de expressivo peso nessa fase inicial da formação industrial paulista. A vinculação do café, não apenas com a indústria mas também com outras atividades atingiu tal ponto, que podemos afirmar que em São Paulo existiu um processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro. Quanto à existência ou não de alguma coisa nesse sentido em Minas Gerais, ficaria a indagação. Mais adiante tentaremos abordar alguns aspectos da indústria em Minas no início do século.

Seguindo a idéia do complexo cafeeiro, com os seus respectivos componentes tal como enunciamos há pouco, podemos constatar que, além da produção de alimentos (sobre a qual fizemos uma sumária referência no fim do primeiro capítulo) e matérias-primas, restam por examinar o desenvolvimento daquelas atividades criadoras de infra-estrutura (transportes,

comunicações, etc.) e a atividade do Estado (especialmente alguns aspectos da política econômico-financeira do governo de Minas). Acreditamos que somente agora, a partir do surgimento de alguns recentes trabalhos, ainda em andamento, é que esses pontos poderão ser abordados de forma mais satisfatória. Nosso esforço enquadra-se, ainda que de forma não aprofundada, na tentativa de contribuir para uma posterior configuração de um quadro mais amplo da evolução histórica da economia de Minas Gerais.

2) Apropriação do Excedente Cafeeiro: sua forma de comercialização

Diz Sérgio Silva em seu livro: "A abertura dos portos (1808) e a independência política (1822) são as datas magnas da burguesia comercial brasileira. O fim do monopólio comercial português e o fim do estatuto colonial determinam o acesso dos comerciantes brasileiros (no caso, não necessariamente nascidas no Brasil) ao setor central de uma economia ainda colonial: o grande comércio de importação-exportação. A partir dessas datas, a burguesia comercial brasileira desenvolve-se rapidamente graças, sobretudo, à consolidação e expansão das fazendas de café, que essa burguesia organiza juntamente com a aristocracia fundiária local". (11) (*)

É obvio que a atividade comercial é, desde sempre vinculada à atividade cafeeira desde que o próprio café é uma realização do capital comercial. A comercialização de uma produção que alcança milhões de sacas implica na formação de um vasto sistema comercial, constituído por casas de exportação e uma rede bancária e de transportes. Esse capital acaba por penetrar a órbita produtiva, isto é, participa da própria formação das fazendas. "Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra, Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade". (12)

Aos poucos eles se afastam da administração direta das plantações passando a residir nas grandes cidades sempre atentos às

(*) Grifos nossos (JHL).

novas oportunidades de inversão. Por exemplo, a crescente importância dos capitais aplicados nas casas de exportação está na origem da implantação de alguns dos principais bancos brasileiros. As incursões pela indústria também tendiam a se tornar rotineiras como já assinalamos.

Essa acumulação diversificada confere ao capital cafeeiro uma peculiar configuração: "pela posição ocupada pelo capital exportador no movimento de reprodução ampliada do capital social é possível pensar que os agentes sociais aí localizados podem ser pensados constituindo uma fração de classe, de modo algum isso nos leva a pensar a burguesia exportadora como um todo internamente homogêneo. É ela própria subfracionada em burguesia comercial, burguesia financeira, burguesia industrial. Enquanto frações de burguesia exportadora, é possível detectar uma base comum de interesse mas também entre si estas subfrações mantêm relações contraditórias, refletindo posições dominantes ou subordinadas que ocupam no interior do complexo exportar e/ou a forma desigual com que se apropriam de partes do lucro" (13)

Constituem assim frações não autônomas do capital cafeeiro, mas como aponta Sérgio Silva, com o desenvolvimento do capitalismo sua tendência é de ganhar uma relativa autonomia. Essas frações diversas "estavam estruturadas de uma maneira precisa" (14), configurando uma rede de relações específicas. E é justamente a análise dessas relações que nos permite perceber qual dentre suas formas era a dominante.

Durante o padrão de acumulação exportador cafeeiro, que entra em crise na década dos vinte, a fração de capital dominante era a comercial. (15).

O próprio desenvolvimento do capital cafeeiro gerou e reforçou uma outra divisão entre grandes e médios capitais. Os grandes capitais seriam aqueles de mais amplo espectro, envolvendo atividades agrárias, comercial, financeira e industrial. Os médios, também uma fração da burguesia, se aproximariam mais de "uma simples classe de proprietários de terra", cuja fraqueza era resultante, do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção e, também, de sua impossibilidade de diversificação de investimentos.

Essa análise reflete de maneira correta a evolução da economia paulista. Todavia, parece-nos não corresponder ao desenvolvimento de Minas Gerais. Nossa tentativa é agora comprovar essa afirmação.

Stanley Stein em sua conhecida obra⁽¹⁶⁾ faz uma interessante descrição da vida comercial de Vassouras e arredores. Em linhas gerais fica ali delineada a estrutura de comércio dos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba. Segundo êle o comércio local de Vassouras supria o pequeno fazendeiro, os arrendatários, os trabalhadores rurais e a população da cidade em geral. Se compunha de modestos negociantes que comerciavam desde tecidos grosseiros de algodão, toucinho, fubá, carne seca e bacalhau, passando também por bebidas e bugigangas como fitas, pentes, carteiras, sabonetes, etc., até ferragens incluindo machados, enxadas, foices e outros petrechos. "Com esses varejistas tinham os fazendeiros poucos contatos, excetuando-se uma ou duas grandes casas de negocio. em Vassouras".⁽¹⁷⁾ Os contatos comerciais do grande fazendeiro se estabeleciam diretamente com o Rio de Janeiro através dessa peculiar figura da história do café: o comissário. A êle cabia uma fase importantíssima da atividade cafeeira:

a comercialização da safra. Mas as suas funções não se esgotavam apenas nessa tarefa. É desnecessário repetir toda a ampla gama de operações realizadas pelos comissários. Entretanto, gostaríamos de lembrar que, dentre elas, figurava também a incumbência de suprir o fazendeiro e sua família daqueles bens de consumo mais sofisticados, adquiridos no Rio de Janeiro ou no estrangeiro. Depois que um fazendeiro consignava sua safra de café a um determinado comissário, abria-se uma conta corrente na qual o primeiro "sacava mais ou menos à vontade" contra o segundo.⁽¹⁸⁾ Muitas das mais importantes casas comissárias do Rio de Janeiro pertenciam a membros de famílias de grandes cafeicultores do Vale do Paraíba.⁽¹⁹⁾ Nesses casos, percebe-se claramente que o capital cafeeiro, desempenha simultaneamente, funções agrárias e comerciais. É importante destacar, entretanto, que, no caso mineiro, a parte maior das funções comerciais se realizava no Rio de Janeiro.

Configurava-se, nesses municípios cafeeiros, uma estrutura comercial composta de dois compartimentos. Um local, que se desenvolvia entre os pequenos comerciantes, pequenos fazendeiros e a população em geral, e outro, mais amplo, ligando grandes fazendeiros com a Praça do Rio de Janeiro. Juntos, Estado do Rio e o antigo Distrito Federal processavam então sua própria produção, sua comercialização, e ademais, a comercialização do café mineiro.

Os centros onde existiam os dois segmentos da atividade cafeeira - o rural e o urbano, se beneficiavam de um processo de diversificação econômica baseado num aprofundamento da divisão social do trabalho. Setores distintos de economia passavam a se especializar no cumprimento de tarefas específicas. O impacto desse processo na rápida urbanização de cidades como o

Rio de Janeiro e São Paulo foi muito grande. Por sua vez, a urbanização se apresentaria como condição e resultado de outro processo: o da expansão industrial. A interação cumulativa entre ambos se reforçaria, mais uma vez, aprofundando a divisão do trabalho.

A cafeicultura em Minas Gerais teria se desenvolvido sob a larga predominância de "capitais médios". De fato, como vimos no capítulo anterior, o tamanho médio de suas propriedades cafeeiras era sensivelmente menor do que as de São Paulo (e também que as do Rio , no seu apogeu). Esse capital de reduzido porte desempenharia de modo geral, apenas funções estritamente agrárias. Não "transbordaria" diretamente para fora das plantações. Os pequenos proprietários venderiam o seu café na porteira da fazenda e, quando isso não acontecesse, chegariam no máximo até a estação mais próxima. Repetimos, dificilmente participariam de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao negócio cafeeiro, e pouco provavelmente teriam excedente disponível para diversificar suas investimentos.

Os municípios cafeeiros da Zona da Mata mineira também contavam com um pequeno comércio, tal como aquele descrito por Stanley Stein. Mas, com uma particularidade importante. Esse pequeno comércio incluía grande parte da comercialização da safra cafeeira. Com efeito, algumas indicações contidas nas observações de Roberto Capri, ⁽²⁰⁾ que viajou pela Zona da Mata em 1915, sugerem algo nesse sentido. As casas comerciais dos diversos municípios cafeeiros funcionavam como intermediárias entre os inúmeros pequenos produtores da região e as casas exportadoras do Rio de Janeiro. Cada uma daquelas casas (dos municípios) representava um pequeno polo de atração para onde convergia a produção dos fazendeiros mais próximos. Dentre os vários

artigos que negociavam constava também o café.

Isso ficava registrado a partir de vários anúncios publicitários de casas comerciais de municípios cafeeiros apresentados por Roberto Capri em seu álbum. Por exemplo, um que se encontrava pregado à porta de uma casa chamada "Ao Preço Fixo", fundada em 1886 no município de Rio Branco, de propriedade de Adriano Telles e Cia. Ali se podia ler o seguinte: "Variado sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, chapéus, calçados, roupa feita, máquinas de costura, etc. Compram-se: Café, fumo e demais generos do país. Únicos depositários dos afamados calçados Souto e Venus". Outro referente à Casa Americana de Lincoln e Cia. , com matriz em São João Nepomuceno e filial em Palmira, registrava: "Casa Americana: compradores de café; refinação de açúcar, máquinas movidas à eletricidade para beneficiamento de arroz e moagem de milho; mantimentos, kerozene e sal em grande escala; variado sortimento de fazendas, roupas, armarinhos, ferragens, chapéus , louças, calçados, papéis, tintas e outros artigos".

Esses comerciantes centralizavam a produção que mais tarde seria negociada com as grandes casas comissárias e exportadoras do Rio de Janeiro, que desde cedo procuraram controlar a comercialização da safra mineira. De fato, Taunay registra, por exemplo, a fundação no Rio de 1884, de uma importante casa comissária (a Avelar e Cia.) "com clientela sobretudo de municípios da Mata de Minas". Mais adiante diz que o proprietário dessa casa (o Conde de Avelar) gostava de afirmar que nos "últimos anos do Império o mais bem reputado café que chegava ao mercado carioca ... era o de Juiz de Fora, tido como muito superior aos demais tipos" (21). Certamente, Juiz de Fora, principal centro econômico de toda a Zona da Mata (e também do Estado), seria um dos mais ativos polos de convergência da produção cafeeira da região. Mesmo para

esse município aquela estrutura de comércio que acabamos de mencionar continuaria a vigorar, ou seja, os seus inúmeros pequenos comerciantes funcionariam como intermediários entre o produtor e os grandes exportadores e comissários do Rio.

Isso implicava no fato de que, do grande comércio de exportação de café, com o enorme volume de recursos que mobilizava, e do excedente de que se apropriava, Minas Gerais pouco participava. Esse importante segmento da atividade cafeeira estava praticamente ausente da economia mineira. Tal como ocorrera com a produção como vimos no primeiro capítulo - a comercialização do café também se encontrava pulverizada, dispersa por uma extensa rede de pequenos comerciantes. Possivelmente ela não se concentrou na dimensão necessária, a partir da qual funcionaria como um setor mais ou menos autônomo, nunca chegando a se constituir em importante mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como no caso de São Paulo. Mesmo porque - como também mostramos no capítulo anterior - as margens de lucro da cafeicultura de Minas no início do século eram extremamente reduzidas, sendo que dificilmente tais lucros teriam condições de extravazar para outros setores da própria economia mineira. Em outras palavras, era pouco provável que em Minas se verificasse algo semelhante àquilo que denominamos de processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro e que tão bem caracterizou a expansão da economia paulista nesse período. Mais adiante voltaremos à questão da apropriação de parte do excedente do café de Minas, pela praça do Rio de Janeiro.

Ocorre, entretanto, que, por um momento, o governo mineiro parece ter tido a percepção da necessidade de criar

certas condições para que os produtores mineiros participassem de uma forma mais decisiva da comercialização do café. Partindo do pressuposto de que os intermediários sempre procuravam reduzir o preço de compra desse produto, tanto na porteira da fazenda, quanto na estação mais próxima, fato que acarretava uma redução da margem de lucro do produtor, procurar-se-ia, então eliminá-los ao máximo. Isso traria dois benefícios para os cafeicultores. De um lado, ao propiciar-lhes a possibilidade de um aumento nas margens de lucro estaria contribuindo para uma melhoria geral das condições da cafeicultura mineira que passaria a dispor de uma maior capacidade de expansão e, de outro, concorreria para o estabelecimento de mais um setor da atividade econômica (o grande comércio), criando mais uma opção para a inversão e diversificação da estrutura econômica do estado. Em suma, ao incentivar um processo de internalização do grande comércio cafeeiro o governo concorreria (intencionalmente ou não) para que a economia mineira desse mais um passo no sentido de um maior aprofundamento da divisão social do trabalho, da especialização.

De fato, essa tentativa consubstanciou-se no Plano Mineiro de Valorização do Café idealizado pelo então Presidente João Pinheiro. Procurava êle atacar primordialmente a questão da comercialização. Para tanto propôs e agiu em tres frentes. Criou, por conta do estado, entrepostos comerciais na Europa (Antuérpia e Havre), Agências de Café no Rio, Santos e Espírito Santo e incentivou a criação de cooperativas cafeeiras nos principais municípios produtores. Tudo isso seria coordenado pela Secretaria da Agricultura.

Com efeito, a Agência do Rio, de longe a mais importante, se instalou em princípios de 1908. Segundo dados de um

relatório da Secretaria da Agricultura,⁽²²⁾ de 1º de maio desse ano a 1º de maio de 1909 ela recebeu 14.858 sacas de café; de 1909 a 1910 recebeu 129.180 sacas e de 1910 a 1911 recebeu 231.645. O significativo aumento que se registrou nesse curto período se deu, em parte, devido à intensa criação de novas cooperativas. Praticamente todos os grandes municípios instalaram no mínimo uma. E eram elas que remetiam o café para a Agência do Rio. Diz ainda o Relatório: "Neste ano (1910) entraram na praça do Rio 2.489.582 sacas de café; sendo 1.368.153 de procedência mineira. À Agência foram consignadas, como foi dito, 231.645 sacas, que correspondem a cerca de 10% da entrada geral e 17% relativa ao café mineiro".⁽²³⁾ Como se vê, nesses 3 anos as cooperativas dos produtores mineiros comercializavam apenas essa pequena parcela para a Europa ou para seus próprios corretores.

É o que se depreende de alguns informes fornecidos pela Seção do Café, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. De um lote de 5.622 sacas remetido diretamente para o Agente de Antuérpia em fins de 1908 apurou-se a quantia bruta de 173:120\$132 (cento e setenta e tres contos...). Deduzidas as despesas de fretes, impostos, etc., na importância de 57:176\$873 restou o líquido de 115:943\$199, o que corresponde a 20\$620 por saca ou 5\$155 por arroba. No mesmo período outras cooperativas da Zona da Mata enviaram ao mercado do Rio 8.656 sacas que ali foram vendidas por seus corretores, que cobravam apenas 50 réis (\$50) por saca, alcançando o preço bruto de 205:771\$372. Deduzidas as despesas de fretes, impostos, etc., a importância de 58:616\$447, deixaram o líquido de 147:154\$925 correspondente a 17\$000 por saca ou 4\$250 por arroba o que representava 905 réis (\$905) a menos por arroba do que o café vendido diretamente na Europa.⁽²⁴⁾

Caso este mesmo café fosse vendido pelos comissários (esses comissários que representavam as casas exportadoras do Rio, compravam, como vimos, dos pequenos comerciantes locais que, por sua vez, já haviam adquirido o café dos fazendeiros) teríamos de sobrecarregá-lo com as despesas de comissão de 3% (taxa vigente na época) calculados sobre o preço bruto ou seja 6:1739142 e mais 5:193\$600 "para frete ou carreto, pesagem, viragem, braçagem, etc., à razão de 600 réis (\$600) por saca, - conforme se vê em todas as contas desses intermediários"...⁽²⁵⁾, resultando um produto líquido de 135:788\$183. Isso corresponderia a 15\$684 por saca ou 3\$921 por arroba. Ou seja, uma diferença para menos de 329 réis (\$329) em relação às vendas feitas pelos corretores e de 1\$234, em relação às vendas efetuadas diretamente para a Europa. Neste último caso a cadeia dos intermediários era mais extensa e, conseqüentemente, o lucro dos produtores menor. Resumindo, portanto, temos o seguinte:

Café vendido pelo comissário ...	3\$921	lucro p/arroba
Café vendido pelo corretor	4\$250	" "
Café vendido diretamente	5\$155	" "

Quanto mais diretas fossem as vendas maiores as margens de lucro. Merece ainda ser mencionado o fato de que o governo instituiu uma série de prêmios e incentivos, tanto para a instalação, quanto para a expansão das atividades das cooperativas, coisas que, em última análise, reforçariam as possibilidades de ampliação dos lucros dos cafeicultores.

Das anotações de diversas cooperativas podemos retirar uma série de exemplos que ilustram o que acabamos de relatar. É o que se segue (dados referentes a 1908).⁽²⁶⁾

Cooperativa Rio Branco:

Venda na Europa	5\$300	lucro	p/arroba
Venda no Rio pelo corretor	4\$014	"	"
Venda no Rio pelo comissário	3\$690	"	"

Cooperativa de Cataguazes:

Venda na Europa.....	4\$016	lucro	p/arroba
Venda no Rio pelo corretor	3\$555	"	"
Venda no Rio pelo comissário	3\$255	"	"

Cooperativa Ponte Nova:

Venda na Europa	6\$235	lucro	p/arroba
Venda no Rio pelo corretor	4\$168	"	"
Venda no Rio pelo comissário	3\$886	"	"

Curiosamente, entretanto, o cooperativismo não progrediu. Da mesma forma que êle apresentou ^{um intenso} ~~crescimento~~ nos primeiros anos de atividade, cedo também começaria a apresentar sinais de estagnação seguida de declínio. Em 1912 e 1913 o número de sacas recebidas pela Agência Geral no Rio ainda aumentou um pouco com relação aos anos anteriores. Nesses anos entraram, respectivamente, 249.836 e 304.59 sacas. A partir daí diz Sócrates Alvim ⁽²⁷⁾ o movimento das cooperativas entrou em acentuado declínio. Indiscutivelmente, é fundamental ter claro os motivos que levaram essa experiência, a ter uma vida tão efêmera. Infelizmente isso foge aos objetivos do nosso trabalho. Embora não aprofundemos esse tema, sua colocação se faz necessária. Do nosso ponto de vista, esta experiência e o seu fracasso constituem uma pista fundamental para a compreensão da acumulação cafeeira em Minas.

Vejamos essa hipótese.

A concorrência exercida pelas casas comissárias de exportação do Rio de Janeiro devem ter contribuído decisivamente para o malogro do cooperativismo mineiro. Elas agiam agressivamente, partindo com decisão para a conquista de mercado. Às vezes chegavam a ser audaciosas, como ilustra um episódio ocorrido na Cooperativa de Cataguazes. Esse município era o segundo maior produtor de café de Minas Gerais e sua cooperativa das mais progressistas. Entretanto, num relatório encaminhado à Diretoria do Comércio e Expansão Econômica pelo Sr. Joaquim Correa Dias, incumbido de fiscalizar o funcionamento das cooperativas agrícolas do estado, podia-se ler que a de Cataguazes, cedendo à pressões, permitiu que "dentro do seu engenho central" se estabelecesse uma catação de café "custeada por importante casa comercial do Rio, além de ser feito todo o serviço de rebeneficiamento de café desta (casa comercial) nos engenhos daquela (cooperativa), que vive quase que às expensas da citada casa comercial ! (28)

Na realidade o fazendeiro de Minas estava encerrado no "ciclo de ferro" tal qual o fazendeiro fluminense, como mostrou Stanleu Stein (29) As precárias condições de retenção do excedente no próprio território mineiro, implicavam, de um lado, numa débil situação de liquidez do fazendeiro, e, de outro, numa precária situação financeira do estado. Constituíam-se dessa maneira dois sérios e absolutos pontos de estrangulamento que impediam a realização do seguinte esquema: a possibilidade do estado expandir, tanto o gasto público (subsidiando aquele sui-generis esquema de comercialização cooperativo e estatal), quanto a sua possibilidade de, via empréstimos, financiar aos fazendeiros (ou às cooperativas) o novo esquema de comercialização. Nem se podia pensar na utilização maior do mecanismo da dívida pública e de em-

préstimos externos: quem seriam seus tomadores, se sabemos da fragilidade da acumulação cafeeira em Minas, resultante da baixa concentração de capital? Houvesse tal condição, talvez se pudesse imprimir uma expansão das bases de acumulação. (30)

3. A Problemática Industrial

3.1. Alguns aspectos da estrutura produtiva industrial

Em seus aspectos gerais a indústria de Minas apresentava peculiaridades bem marcantes. O inquérito industrial de 1907 (31) (Censo de 1907), permite explicitar melhor esses traços característicos. Nesta data apenas o Distrito Federal superava Minas Gerais em número de estabelecimentos fabris com 670 e 531, respectivamente (Tabela I). São Paulo aparecia em terceiro lugar (326) seguido de Rio Grande do Sul (314), Rio de Janeiro (207), Pernambuco (118) e Bahia (78). Entretanto, essa ordem ficaria totalmente alterada quando se utiliza o critério do valor do capital empregado ou o valor da produção. No primeiro caso, Minas desceria para o último posto, dentre aqueles Estados, apresentando um capital instalado de 28 mil contos, e no segundo, o valor de sua produção seria ligeiramente superior ao da Bahia (Tabela I). Em ambos os aspectos, Distrito Federal e São Paulo, ocupavam os dois primeiros lugares, sendo que o Rio Grande do Sul surgia em terceiro quanto ao valor da produção. Isso se explicava pelo fato de a maior parte de produção desse estado estar basicamente voltada para a exportação interregional. Exportava-se charque, banha, etc. para o Distrito Federal, Nordeste, Rio de Janeiro. Donde a expansão do Rio Grande do Sul, depois de 1905 não está vinculada à demanda do complexo cafeeiro, ao contrário do que se afirma correntemente (32). Quanto ao número de operários fabris Minas era também largamente ultrapassada pelos seis Estados (Tabela I).

Como as diferenças entre o número de estabelecimentos de um estado para outro são muito grandes, os valores médios ilustram melhor a situação do que os absolutos. E é sobretudo

aqui que a posição ocupada por Minas tornasse mais clara. As suas médias de capital, produção e operários por estabelecimentos são as mais baixas (Tabela I). Nesse particular chama a atenção a posição de dois estados: Pernambuco e Bahia. O primeiro registra uma média de capital da ordem de 500 contos e o segundo de 359, enquanto a de Minas era de apenas 53 e as de São Paulo e Distrito Federal ascendiam a 393 e 254 contos respectivamente. A produção média e o número médio de operários por estabelecimentos também dava destaque para os estados do nordeste, como mostra a Tabela I.

No caso da Bahia isso se devia basicamente à indústria textil. Dentre os 78 estabelecimentos baianos somente 13 pertenciam a esse setor. Contudo eles detinham 58,2% do capital, 43,6% do valor da produção e 41% dos operários fabris do estado. A média de capital e produção dessas unidades era de 1.253 e 838 contos respectivamente, e a de operários, 314 (33). Esses valores influenciavam a média de todo o estado de forma decisiva. Quanto à Pernambuco, se tomarmos, além do textil, as usinas de açúcar, veremos que somente esses dois setores respondiam por 63,8%, 67,5% e 70,5% do total do capital, produção e operários empregados (34). As elevadas médias apresentadas por esses dois estados, se deviam, em parte, à "hipertrofia" destes dois setores com relação ao total da indústria. Em que pese o fato de o Distrito Federal e São Paulo registrarem cifras mais modestas tem-se, em compensação, uma diversificação, por ramos, mais equilibrada e um peso relativo maior de suas indústrias.

Excluindo-se os casos particulares do Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, e, comparando-se a indústria de Minas com a de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro, podemos extrair desses dados iniciais, até o momento, a sugestão de que a indústria

mineira se caracterizava, até 1907, por um elevado número de pequenos estabelecimentos, escassamente capitalizados e com poucos operários.

Os ramos "Alimentos e bebidas" e "Textil" eram os principais dentro da atividade industrial tanto de Minas, quanto de São Paulo e Distrito Federal. Em ambos se concentrava uma significativa parcela do capital, da produção e dos operários de cada estado. Em Minas as proporções eram de 81,8% para o capital, 72,8% para a produção e 67,3% para os operários, em São Paulo de 65%, 59,8% e 54,4% e no Distrito Federal de 58,6%, 44,5% e 37,8% respectivamente. É verdade que, apesar da elevada concentração, nestes ramos, nos três estados, em Minas ela se mostrava bem mais intensa (Tabelas II, III e IV). Em São Paulo e no Distrito Federal ainda restavam alguns setores de certa importância segundo um ou outro critério, como é o caso de "Vestuário e Calçado", "Material de Construção" e "Metalurgia e Máquinas" no primeiro, e "Vestuário e Calçado", "Madeira e seus produtos" e "Material de Transporte" no segundo (Tabelas III e IV).

Dentre os demais setores da indústria mineira nenhum destes se sobressaía, quer do ponto de vista do capital instalado, quer do montante da produção ou do número de operários empregados. Talvez uma pequena exceção estivesse localizada nos setores "Artigos de Couro" e "Material de Construção", sobretudo quanto à força de trabalho empregada nessas atividades. A primeira delas abrigava 10,4% e a segunda 10% do total dos operários fabris do estado.

O ramo de couros, entretanto, apresentava alguns aspectos interessantes e ao mesmo tempo típicos da atividade fabril mineira. Era composto de 30 estabelecimentos: 1 que se ocupa

va de fabricação de malas e bolsas, empregando apenas 4 operários em São João Del Rey; 28 curtumes, espalhados por vários pontos do estado, com 117 empregados; e 1 fabricante de selins e arreios, localizado no município de Prados na Zona Metalúrgica, com nada menos de 800 operários. Isso é o que podemos chamar de uma "verdadeira manufatura", com muito operário e pouco capital (400 contos). A Textil Cedro e Cachoeira, que ocupava 811 operários, era o estabelecimento que detinha o maior contingente da força de trabalho industrial de todo o estado. Excluindo-se o setor textil, que era o mais capitalizado, qualquer outro estabelecimento fabril que contasse com um número expressivo de trabalhadores poderia ser caracterizado como manufatura, tomado este conceito no sentido explicitado por João Manuel C. de Mello "como a estrutura produtiva que apanha o sentido da marcha rumo ao capitalismo industrial".

Tendo em vista que são por demais conhecidas as dificuldades para, corretamente, se conceituar o artesanato, a manufatura e a grande indústria, optamos, para o tratamento dessa estrutura industrial, pelo uso de conceitos aproximados de "pequena", "média" e "grandes" empresas. É preciso ficar claro que estes últimos conceitos não guardam, necessariamente, relação com os anteriormente citados. Não é demais se lembrar de dois pontos fundamentais que dificultam sobremodo a caracterização de artesanaria, manufatura e grande indústria: 1) a especificidade de nosso processo histórico de desenvolvimento com etapas distintas daquelas percorridas pelos países capitalistas mais avançados e, 2) a imensa dificuldade em se caracterizar - à luz das informações disponíveis, o desenvolvimento técnico de cada estabelecimento industrial recenseado.

Dado o enorme peso relativo dos ramos "textil" e

"alimentação" dentro da indústria mineira, podemos praticamente dizer que certas características básicas de toda a atividade fabril do estado começavam a se definir a partir da própria estrutura interna desses ramos. Principalmente no caso de "Alimentos e bebidas". A produção desse setor se pulverizava por nada menos 270 estabelecimentos (35). Eles se ocupavam da fabricação de açúcar (3), banha (1), bebidas alcoólicas e gasosas (7), Cerveja (36), Doces (5), Maizena (1), moagem de cereais (33), massas alimentares (27), refinarias de açúcar (5), vinhos (39) e manteiga e queijo (113).

Os 113 estabelecimentos produtores de manteiga e queijo empregavam, no total, apenas 718 operários e 2.128 contos de capital o que dava uma média de pouco mais de 6 operários e 18,3 contos de capital por estabelecimento. Essas médias são muito semelhantes às aquelas encontradas para o setor "alimentação" como um todo, como mostra a Tabela V, sendo de 18,9 contos a de capital e de 6 a de operários. É praticamente esse pequeno estabelecimento produtor de manteiga e queijo - que chamaremos de "pequena indústria" - quem define a estrutura do setor "alimentação" para Minas Gerais. A situação em São Paulo e no Distrito Federal era bastante diferente.

Na indústria paulista esse ramo era composto por 112 estabelecimentos com um capital médio de 260 contos e média de operários superior a 30 (36). Na indústria carioca o número de estabelecimentos era de apenas 93 com a média de capital e operários atingindo a 241 contos e 31 respectivamente (37). No Distrito Federal se destacavam quatro grandes engenhos de moagem de cereais detendo, aproximadamente, um terço de todo o capital do setor (6.690 em 22.070 contos) e uma média de mais de 100 operários

em cada uma das unidades. É importante destacar o que assinala Richard Grahan: os capitais ingleses marcaram, desde cedo, a sua presença nessa atividade, especificamente em alguns dos grandes moinhos de trigo (38).

Com relação à textil, também se nota diferenças significativas. A ordem de grandeza das variáveis se multiplica, mas os dados de Minas comparados com os de São Paulo e Distrito Federal continuam a reforçar a tendência da indústria mineira no sentido de apresentar unidades produtivas de menor porte, em qualquer ramo. Enquanto em Minas o número de estabelecimentos textiles se eleva a 36 com uma média de 130 operários e 469 contos de capital (Tabelas II e V), em São Paulo esses dados são, respectivamente: 30, 324 e 1.082 e no Distrito Federal 22, 467 e 3.456 (Tabelas III e IV).

Como já assinalamos anteriormente esses dois ramos de que estamos tratando contribuem, em conjunto, com 72,8% do valor da produção industrial de Minas: o "Textil" com 40,2% e o de "alimentação" com 32,6% (Tabela II). Entretanto, é importante registrar que os 27,2% restantes da produção são provenientes de uma estrutura produtiva que se assemelha muito mais àquele do ramo "alimentação" do que àquela do "textil". Basta ver a média de capital e operário para os demais ramos da indústria apresentados na Tabela V. Elas se aproximam mais das médias do estado como um todo (50,7 e 17,7 respectivamente - Tabela V) do que as do ramo "textil". Na verdade, poderíamos mesmo afirmar que, grosso modo, 60% do valor da produção industrial mineira tinha como matriz aquele estabelecimento típico já encontrado no ramo "alimentação": pouco capitalizado e com poucos operários configurando aquilo que denominamos "pequenas indústrias".. Os outros 40% da produção, por

serem originários do ramo "textil", eram produzidos dentro de uma estrutura produtiva mais avançada. As plantas eram maiores, mais mecanizadas e com um número médio de operários bem mais elevado do que a média da indústria (Tabela V). Entretanto, a "textil" mineira assumia essas proporções só quando comparada com o restante da indústria de Minas; quando confrontada com suas similares de outros estados é que se podia avaliar melhor sua real dimensão.

Se por um lado a "textil" era a líder em termos de porte, por outro, não revelava a mesma performance em termos de eficiência. Dos 11 ramos agrupados para a indústria mineira somente 4 tinham uma produção por operário inferior à dele (Tabela V). Eram eles: "Fumo", "Artigos de Couro", "Material de Construção" e "Diversos". No primeiro, se destacava a produção caseira de fumo, que se concentrava, sobretudo, na Zona da Mata, onde era cultivado, marginalmente, dentro das fazendas cafeeiras. Seu processamento era dos mais rudimentares, situando-se o valor adicionado por unidade de produto em níveis muito baixos. No segundo, como já assinalamos, destacavam-se os pequenos curtumes e aquela curiosa "grande manufatura" de selins e arreios com 800 operários. Aqui, o mínimo que se pode supor é que o processo de divisão técnica do trabalho no interior dessa unidade produtiva era muito pouco desenvolvido, o que a tornava extremamente ineficiente. No terceiro ramo, salienta-se a produção cerâmica. Dos seus 100 estabelecimentos, 6 produziam cal e produtos de cimento, 2 produziam ladrilhos e 92 outros produtos cerâmicos. Essas pequenas olarias que fabricavam tijolos, telhas, manilhas, bilhas, moringas, etc., possuíam, em conjunto, um capital de pouco mais de 1.000 contos e empregavam, 502 operários. No último deles, "Diversos", estão enquadrados 15 estabelecimentos que fabricavam instrumentos

musicais - na sua grande maioria, violas - e 2 que produziam vas_usouras e brochas. Consideramos que a produção de fumo, materiais de construção e de "Diversos", era praticamente "artesanal".

A média de produção por operário do ramo "textil" era inferior à média da indústria (2,7 e 3,4 contos respectivamente - Tabela V). Isso nos faz suspeitar de que nessa época a indústria textil mineira já era obsoleta. O que é bastante possível, pois, várias das grandes fábricas como a Cia. Industrial Mineira (Juiz de Fora), Cia. Viúva Bernardo Mascarenhas (Juiz de Fora), Cia. Cedro e Cachoeira (Sete Lagoas), Cia. Industrial Biribiry (Diamantina), Cia. União Itabirana (Itabira do Campo), Cia. Cachoeira de Macacos (Cachoeira de Macacos), etc., foram instaladas ainda no terceiro quartel do século XIX.

Com o propósito de aprofundarmos um pouco mais o exame da estrutura produtiva da indústria mineira tomaremos emprestado de Sérgio Silva (39) algumas idéias, mais precisamente, as referentes à agregação de empresas, segundo cortes de tamanho por capital e operários.

Tratamos então de agregar os dados disponíveis de uma forma que tornasse possível o reconhecimento das distintas unidades de produção, a fim de que pudessemos avaliar, com um mínimo de embasamento empírico, o nível de desenvolvimento do capitalismo. Para tanto, reagrupamos os dados do Censo de 1907 para Minas Gerais de maneira semelhante à que Sérgio Silva já fizera para São Paulo e Distrito Federal. Eles encontram-se dispostos nas Tabelas VI e VI-A. Os resultados encontrados permitem que destaquemos importantes diferenças entre Minas, por um lado, e São Paulo e Distrito Federal, por outro.

Com efeito, enquanto as grandes empresas, isto é,

aquelas que empregavam 100 ou mais operários e/ou possuíam 1.000 contos ou mais de capital reagrupavam 85% do capital em São Paulo e cerca de 70% no Distrito Federal, (40) em Minas reagrupavam apenas 54,4% (Tabela VI). Em números absolutos os dados são também reveladores. As grandes empresas totalizavam 66 no Distrito Federal e 72 em São Paulo (41). Em Minas eram apenas 25 dentre as 529 (Tabela VI). Com relação ao valor da produção as diferenças também eram significativas. As grandes empresas contribuíam com 51,9% e 77,4% no Distrito Federal e em São Paulo (42) respectivamente, e, com somente 37,5% em Minas (Tabela VI). No tocante à força de trabalho, Minas e Distrito Federal se igualavam, com essas empresas reagrupando 57,3% dos operários, sendo que em São Paulo essa cifra atingia a 80,2%.

De acordo com os dados do Censo de 1907, teríamos que das 25 empresas existentes que empregavam 100 ou mais operários, apenas 2 se caracterizavam como grande empresa empregando 1.000 contos ou mais de capital. E as outras 23, melhor se enquadrariam como de porte médio (grupos A e B - Tabela VI). Não existia nenhuma empresa com mais de 1.000 contos de capital e menos de 100 operários (grupo C, Tabela VI). Este seria um tipo de indústria, ao mesmo tempo, mecanizada e de grande porte, incompatível, quase que por definição, com o grau de desenvolvimento do capitalismo em Minas.

Das 23 indústrias que empregavam 100 ou mais operários 17 pertenciam ao ramo "textil". As 6 restantes eram uma usina de açúcar em Ponte Nova (com 200 contos de capital e 140 operários), uma fábrica de fumo na Estação do Sítio (com 60 e 100), uma metalurgia, a Usina Esperança em Itabirito (com 180 e 210), uma fábrica de ladrilhos em Juiz de Fora (com 170 e 156), uma olaria

em Caeté (com 752 e 180) e, finalmente, a curiosa fábrica de arreios de José Virgolino e Filho em Prados (com 400 e 800) (43).

Como o número de empresas, o capital e o valor da produção dos estabelecimentos situados nos grupos A, B e C da Tabela VI representavam uma porcentagem muito pequena desses totais com relação aos do estado, criamos mais um grupo, o D, representado por empresas com menos de 1.000 contos de capital e menos de 100 operários. Realmente era nesse bloco que se concentrava o grosso da produção fabril de Minas Gerais. Aqui se localizavam 95,3% das empresas, 45,4% do capital, 42,6% da força de trabalho e 62,4% do valor da produção (Tabela VI).

Entretanto, esse reagrupamento ainda é insuficiente para uma melhor caracterização do que era a estrutura da indústria mineira. Menos de 1.000 contos de capital e menos de 100 operários são limites muito fluidos; as variações que eles comportam podem ser muito extensas. Visando contornar esse problema fomos obrigados a partir para uma maior desagregação dos dados. É o que apresentamos na Tabela VI-A.

Qualifiquemos um pouco mais algumas características da indústria de Minas. Primeiro, inexistiam empresas com mais de 1.000 contos de capital e menos de 100 operários, como já dissemos. Segundo, aquelas que contavam com menos de 20 operários, invariavelmente possuíam um capital inferior a 200 contos, como mostra a quarta coluna da Tabela VI-A. Com 200 contos ou mais de capital e menos de 20 operários não havia nenhuma empresa. Terceiro, as empresas com mais de 200 contos de capital e número de operários variando de 20 a 49 eram apenas 5 e, finalmente, aquelas em que o número de operários variava de 50 a 99, eram apenas 9. A porcentagem do capital, operários e produção que todas essas empresas de-

tinham era muito pequena, como se pode ver pela indicação contida na terceira coluna de cada módulo (*) da Tabela VI-A.

Lembrando que basicamente é o critério do número de operários que tomamos para distinguir o porte dessas indústrias, teríamos então a situação que se segue. A "pequena indústria" englobaria todas as empresas com menos de 50 operários e, logicamente, menos de 1.000 contos de capital. Corresponderia, portanto, aos módulos 7, 8, 11, 12, 15 e 16 da Tabela VI-A. Seriam 487 dentre as 529 empresas existentes em 1907, ou seja, aproximadamente 92% delas. Congregariam cerca de 30% do capital e da força de trabalho, e, quase 45% do valor da produção fabril de todo o estado. É claro que poder-se-ia argumentar que as empresas localizadas no módulo 16, o de maior peso nesse grupo, estariam muito mais próximos do artesanato do que da indústria, uma vez que a sua média de operários era de apenas 4 (segunda coluna de cada módulo).

À "média indústria", corresponderiam os módulos 5, 6, 9, 10, 13 e 14 da Tabela VI-A. Representariam 40 empresas, isto é, 7,5% do total. A elas caberia 53% do capital, pouco mais de 57% da força de trabalho e 48% do valor da produção.

Evidentemente, para a caracterização do grupo de média indústria valemo-nos, não só daquelas compreendidas na classe de 50 a 99 operários (nenhuma com 1.000 contos ou mais capital), e daquelas que, embora, tivessem 100 ou mais operários contavam com capitais inferiores a 1.000 contos. Teríamos então, para o conjunto das pequenas e médias indústrias, a quase totalidade do capital, dos operários, e da produção industrial de Minas.

(*) - Numeramos esses módulos de 1 a 16 para maior facilidade de identificação.

Em suma, a estrutura industrial mineira, quer se examine pelo porte e diversificação dos vários ramos produtivos, quer pela estrutura de tamanhos, se diferenciava de muito do parque industrial paulista e guanabarinó. Era mais semelhante, em verdade, à estrutura industrial do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esta última semelhança, entretanto, não padecia de idênticas causas: embora nos três estados as relações capitalistas de produção fossem precárias, bem como baixo era o grau de centralização do capital, diferenças importantes marcavam a estrutura dessas economias, como por exemplo a de uma estrutura camponesa (no sul) e a estrutura da economia cafeeira de Minas, da qual já tratamos.

3.2. - Relações entre o café e a indústria

Abordaremos esta questão sob o ponto de vista da existência ou não de uma correspondência entre a acumulação cafeeira e a indústria em Minas. Inicialmente, vejamos o aspecto da correspondência espacial. Tradicionalmente, essa relação é tida como certa, isto é, a indústria teria se desenvolvido justamente na principal região cafeeira do estado, a Zona da Mata. Essa conclusão é, até certo ponto, "natural", sobretudo, se atentarmos para o fato de que ela, geralmente, se deriva da simples constatação da presença de Juiz de Fora nessa região. Inegavelmente, o peso da atividade industrial desse município com relação à do resto do estado é muito grande. Mas, extrapolar esse fato para uma conclusão que se relaciona com toda uma região pode constituir equívoco fundamental.

Antes de prosseguirmos, vejamos alguns aspectos da atividade manufatureira de Juiz de Fora. Apenas esse município - que também era um dos maiores produtores de café, como vimos no capítulo I - possuía, segundo o Censo de 1907, mais de 16% dos operários, 22% do capital e quase 26% da produção industrial de todo o estado (ver Tabela 18). Os seus 43 estabelecimentos industriais cobriam quase todos os setores de produção. As duas exceções ficavam por conta de "Vestuário e Calçados" e "Material de Transporte". É claro que em Juiz de Fora havia uma grande produção de artigos de vestuário como camisas, meias, camisetas, etc. Entretanto, os dados disponíveis somente nos permitem classificar os ramos a partir da natureza do produto e não, tendo em vista o fim ao qual se destinava. Assim,

artigos de vestuário ficaram incluídos, impropriamente, dentro do ramo "textil".

A nível desse município se reproduzia em escala reduzida aquela tendência já verificada para o estado como um todo. Em conjunto, os ramos "textil" e "alimentação" respondiam por 79,1% do valor da produção industrial do município e empregavam 76,4% de sua força de trabalho (44).

Isto posto, vejamos: se partirmos para a identificação dos maiores municípios em termos do valor de produção industrial em 1907, e sua respectiva localização, começaremos a levantar controvérsias flagrantes com a opinião tradicional. De acordo com a Tabela 18:

Juiz de Fora (Mata), Sete Lagoas (Metalúrgica), Belo Horizonte (Met.), Palmira (Ma), Prados (Met.), Ouro Preto (Met.), São João Nepomuceno (Ma), Ponte Nova (Ma), Cataguazes (Ma), Baependi (Sul), Itabira do Campo (Met.), São João Del Rey (Met.), Barbacena (Met.), Pedro Leopoldo (Met.), Viçosa (Ma), Estação Esperança (Met.), Cachoeira de Macacos (Met.), Lavras (Sul), Leopoldina (Ma) e Itaúna (Oeste), constituem, em ordem decrescente os mais importantes. São portanto, 10 da região Metalúrgica, 7 da Mata, 2 da Sul e 1 da Oeste. Os da Mata, apesar de figurarem em menor número, respondiam por maior parcela da produção (12.400 contos contra 9.000 da Metalúrgica-Tabela I Apêndice). Desses 20 municípios apenas 6 figuravam entre os maiores produtores de café em 1905.

De fato, já é expressiva a participação da região Metalúrgica na atividade industrial, principalmente se nos recordarmos de que nesta época (primeira década do século), Be

lo Horizonte mal acabava de nascer. Não passava de pequena vila sem exercer ainda grande influência sobre a vida econômica do estado, coisa que só aconteceria a partir da segunda metade da década dos vinte. A região Metalúrgica, como se sabe, não é cafeeira e situa-se bem no centro geográfico do estado.

Constatamos, assim, um padrão de implantação industrial descentralizado (45). Atendendo basicamente a uma demanda local ou regional, funcionava graças à proteção fornecida pelos custos de transporte. Nessa categoria se enquadrariam as grandes textéis de Sete Lagoas, Cachoeira de Macacos e outras de regiões mais distantes como Diamantina, Montes Claros, etc.

Os dados de 1907 indicam claramente, essa indústria descentralizada, e os de 1920 reforçam essa tendência.

Em 1907 a Mata detinha 41% do capital industrial do estado e a Metalúrgica 37%; a primeira, 47% da produção e a segunda 34% (tabela VII). Não nos esqueçamos de que a Zona da Mata, nesse período, era a principal região cafeeira do estado (responsável por quase 80% da produção cafeeira de Minas), e que a Zona Metalúrgica, até aquele momento, não era grande produtora de bens exportáveis.

Mais esclarecedor é o que ocorre com os dados relacionados ao emprego fabril. Os 135 estabelecimentos da região Metalúrgica empregavam 4.188 operários enquanto os 183 da Mata contavam com 3.002 (tabela VII). A média de operários por empresa para as duas regiões era, portanto, bastante diferente, com a da Metalúrgica bem superior à média do estado e a da Mata um pouco inferior.

Na mesma tabela VII tomados os tamanhos em termos de "capital por empresa", o fenômeno adquire outra dimensão: Mata e Metalúrgica, com capitais médios em torno de 57 e 69 contos respectivamente e a região Sul com apenas 8 contos, distanciavam-se sobremaneira do "restante do estado", que apresentava a média de 167 contos. As razões dessas diferenças, infelizmente, não poderão aqui serem rigorosamente determinadas; somente poderemos levantar uma hipótese. Elas residiriam no fato de que na região representando o "restante do estado", ao que tudo indica, o latifúndio agro-pecuário era presença marcante e que sabidamente guarda uma estrutura fortemente concentradora da propriedade e da renda. Vale dizer, nessa região, provavelmente, existiriam condições de maior concentração e centralização do capital, permitindo, portanto, inversões de maior porte (46).

Através do exame da estrutura industrial das regiões Metalúrgica e Mata podemos chegar a uma interessante conclusão. A tabela VIII nos mostra que a grande diferença em termos da distribuição da produção entre ambas as regiões situava-se no ramo "Alimentos e Bebidas". Enquanto na Mata a produção desse setor alcançava quase 6.000 contos, o que representava 41,2% do total da região, na Metalúrgica ela não passava de 1.300 contos que significavam pouco mais de 11% de sua produção. No restante, a participação dos demais ramos das duas regiões, não apresentava diferenças significativas, embora a Metalúrgica apresentasse uma distribuição setorial mais equilibrada. Em ambas, o setor "textil" tinha um peso semelhante, tanto pela sua participação na produção quanto no emprego (tabela VIII). Em suma, portanto, a diferença residia fundamentalmente no tamanho do setor "Alimentos", da Mata.

Perguntamos: a que se devia a presença, na Mata, dessa significativa produção de alimentos industrializados? Seria devido ao café, que desta maneira estaria cumprindo uma de suas clássicas funções criando e ampliando o mercado para a indústria? Dificilmente.

Desde logo devemos mencionar o fato de que a economia da Zona da Mata achava-se estreitamente vinculada no Rio de Janeiro. Na qualidade de maior centro urbano do país o Distrito Federal era o destino natural de grande parte da produção de alimentos da Mata (e também de outros produtos como o fumo e alguns tecidos mais grossos de algodão). Dessa forma, acreditamos que a exportação era a causa básica da presença dessa grande produção de alimentos.

Como vimos no capítulo I raramente as fazendas de café da Zona da Mata se embrenharam pelos caminhos da monocultura. Via de regra elas eram unidades auto-suficientes. Além do café, sempre produziam alimentos para o seu consumo, reduzindo significativamente a demanda por esses produtos no mercado. Aliado a isso, repetimos, as relações de produção na cafeicultura não evoluíram em direção a uma predominância do trabalho assalariado. A parceria, sob a forma de meiação, era a forma dominante de organização da produção. E isso restringia o potencial do café em criar mercados.

Não podemos esquecer que a produção de alimentos da Mata visava também a atender o rápido crescimento urbano de alguns centros da região, como o caso de Juiz de Fora. Certamente, essa demanda urbana era, em grande medida, gerada pelos negócios cafeeiros.

Entretanto, não podemos afirmar, como é correto fazê-lo para São Paulo, que o processo de urbanização tenha sido induzido pela expansão da atividade cafeeira, assumindo elevada intensidade. Pela hipótese sobre a comercialização que levantamos anteriormente, ^{a expansão} do segmento urbano do "complexo" cafeeiro da Mata teria se dado a um ritmo bastante lento.

Passando para o terreno da participação direta do capital cafeeiro na indústria - à luz das fontes que consultamos - também não vemos vinculação significativa. Apesar desse assunto ainda não ter sido pesquisado para o caso de Minas, possivelmente seriam raros os casos de grandes cafeicultores que investiram seus lucros na indústria (47).

Quanto aos estímulos "para trás" proporcionados pelo café, mais uma vez não se detecta nada de muito importante. Enquanto em São Paulo se instalaram fábricas para a produção de máquinas de beneficiamento de café - a Lidgerwood, a MacHard e a Arens, por exemplo - em Minas isto se limitou ao surgimento de pequenas oficinas de reparo.

Ao que parece, esses estímulos se resumiram a uma honrosa exceção, desta vez importante. Estamos nos referindo a uma grande textil dedicada à produção de juta, provavelmente destinada ao ensacamento de café. Ela se localizava em Juiz de Fora e o valor de sua produção em 1907 ultrapassou a 2.000 contos (48).

Em resumo, concluímos: o que a Mata produzia a Metalúrgica também produzia. Com a diferença basilar de não produzir café.

Assim, a indústria mineira, ao contrário da paulista, não era tão exclusivamente vinculada à economia cafeeira. Dado que o café se localizava nas regiões Mata e Sul (nesta época, ainda era pequena a produção do Sul), e tomando-se como região não cafeeira o resto do estado, teríamos a região cafeeira detendo uma maior parcela do valor da produção e a não cafeeira uma maior parcela do capital e de operários, além de uma maior média do capital, operários e produção por estabelecimento (tabela IX).

É correto concluir que não havia uma clara asccendência industrial de uma região sobre a outra.

3.3. - Evolução entre 1907 e 1920

Uma rápida análise dos dados do Censo de 1920 e também do Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1923 irá confirmar algumas das tendências básicas da indústria em Minas, que já foram detectadas quando do exame do Censo de 1907 quanto à estrutura industrial e as relações café-indústria. De maneira geral, a indústria mineira continuava a apresentar posição relativa semelhante à de 1907. Suas médias de capital, produção e operários por estabelecimento permaneciam entre as mais baixas do país (tabela X).

Se em 1907 o valor da produção industrial de Minas correspondia a 27,9% da de São Paulo (tabela I), em 1920 cairia para 17,4% (tabela X). Com relação ao Distrito Federal o quadro se inverteria: as proporções passariam a ser, respectivamente, de 14,7% e 25,8% (tabelas I e X). Em que pese as precárias condições em que se processa a acumulação industrial de Minas nesse período, há que se levar em conta que sua participação no total da indústria brasileira cresce, entre 1907 e 1919 de 4,4% para 5,6%. Deve-se ressaltar que, embora essa expansão tenha sido modesta, Minas foi um dos raros estados que teve aumento em sua participação relativa, exceção óbvia a São Paulo, que no mesmo período passava de 15,9% para 31,5% (49).

Contudo, no interior de sua composição a nível de ramos, a indústria mineira passaria por algumas modificações substanciais. Embora os ramos "Alimentação" e "Textil" continuassem a ter peso dominante na indústria, posto que em 1907 detinham 81,8, 72,8 e 67,3% do capital, produção e operários,

e em 1920, 78,8, 81,2 e 72,5% respectivamente, na realidade, essa agregação oculta alteração significativa. A forma como esses dois ramos passaram a dividir a liderança se modificou. O peso do ramo "Alimentação" avançou consideravelmente, em detrimento do "textil". Enquanto em 1907 o primeiro congregava 18,9% do capital contra 62,9% do segundo, em 1920, essas cifras passariam a ser de 35,4% contra 43,4%. Com relação ao valor da produção o mesmo ocorreria: se em 1907 as proporções eram de 32,6% e 40,2% em 1920 seriam de 51,5% e 29,7% (tabelas II e XI).

Tudo nos leva a crer que Minas reforçara sua posição de fornecedora desses produtos para os grandes centros urbanos do Sudeste do país (principalmente Distrito Federal).

Para os demais setores em que a exportação não se colocava como uma importante fonte de demanda a situação pouco se alterou entre um período e outro.

A produção de "alimentos" em Minas, a despeito de ter sua participação substancialmente acrescida, continuou a manter uma performance semelhante àquela verificada em 1907. As suas médias de capital e operários por estabelecimento permaneciam mais baixas que as da indústria como um todo, enquanto a de produção ultrapassava esse nível (tabela XIII).

O "textil", de maneira geral, mantinha o seu mesmo padrão de baixa eficiência. Seus índices de capital por operário, produção por operário e produção por capital continuavam a figurar dentre os mais baixos (tabela XIII) do país.

Infelizmente, os dados de 1920 não nos permitem uma análise mais detalhada, como a de 1907, afim de caracterizar a estrutura produtiva da indústria em Minas, em virtude da ausência de dados sobre o capital a nível de cada estabelecimento. Contudo, podemos buscar algumas indicações para isso procurando distinguir as empresas através do número de operários, como fazemos na tabela XIV. De acordo com ela, podemos ver que 26,1% da força de trabalho estava localizada em estabelecimentos que empregavam menos de 20 operários. Com relação a 1907 houve um pequeno acréscimo nessa proporção, uma vez que ela era da ordem de 22,6% (tabela VI-A). Também os estabelecimentos que possuíam de 20 a 49 operários tiveram aumentada sua participação no emprego. Se em 1907 ela era de 6,8% (tabela VI-A), em 1920 passou a ser de 11,2% (tabela XIV). Em suma, a "pequena indústria" que proporcionava emprego a 29,4% da força de trabalho em 1907, aumentou sua participação para 37,3% em 1920. Em parte, portanto, se confirmavam para 1920 alguns dos traços básicos da indústria de Minas já apontados para 1907.

Tomando-se agora os dados de 1923, vejamos, sumariamente, a questão das relações café-indústria. A produção cafeeira da Mata que na primeira década do século representava quase 80% do total produzido por Minas Gerais, cairia para pouco mais de 40%. Ao mesmo tempo a do Sul, que era insignificante, passaria a 33% do total (tabela XVI).

Se, por um lado, a participação da produção industrial da Mata também cai nesse mesmo período, o que nos levaria a pensar numa certa correspondência entre uma queda do

ritmo da atividade cafeeira e uma queda do ritmo da atividade industrial, por outro, o enorme aumento da participação cafeeira do Sul não é acompanhado de significativo incremento de sua participação na produção industrial (tabela XVIII).

Na verdade, o que se nota de expressivo através do exame da Tabela XVII é que a produção industrial se torna mais e mais descentralizada, retirando da Mata muito do peso que sempre lhe fora atribuído. E isso, repetimos, já ocorria antes de Belo Horizonte e adjacências se tornarem um importante centro econômico. Como se sabe, a capital do estado desempenhou e desempenha exatamente uma função descentralizadora ao se ligar mais efetivamente com o Norte, Nordeste e Noroeste do estado.

... e, portanto, compreendendo, alguns estados...

	Número de Estab.	Capital (1000 contos)	valor de Produção (1000 contos)	Capital operários (contos)	Proc. por estab. (contos)	Operários por estad. (contos)	Capital por oper. (contos)	Prod. por operário	
Estado Federal	670	170	224	35.243	254	334	52,6	4,8	6,3
Estado do Rio de Janeiro	326	128	118	24.186	393	362	74,2	5,3	4,9
Estado do Rio Grande do Sul	314	49	100	15.426	156	318	49,1	3,2	6,5
Estado de São Paulo	207	86	56	13.632	415	270	65,8	6,3	4,1
Estado do Rio Grande do Norte	118	59	55	12.042	500	466	102,0	4,9	4,6
Estado de Pernambuco	531	28	33	9.555	53	72	18,0	2,9	3,4
Estado da Bahia	78	28	25	9.964	359	320	127,7	2,8	2,5

FONTE: O Brasil, suas riquezas..., Vol. III, p. 265

TABELA II

Minas Gerais: Estrutura Setorial da Indústria Manufatureira em 1907

SETORES	Nº DE ESTAB.	CAPITAL (CONTOS)	%	PRODUÇÃO (CONTOS)	%	OPERÁRIOS	
Alimentos e Bebidas	270	5.094,6	18,9	10.384,5	32,5	1.631	11,1
Fumo	10	212,8	0,7	694,2	2,1	255	1,8
Texteis	36	16.884,3	62,9	12.807,1	40,2	4.202	29,1
Vestuário e Calçado	3	92,0	*	340,0	1,0	113	0,8
Madeira e seus prod.	13	217,0	0,8	456,0	1,4	72	0,5
Papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-
Gráf. e Editorial	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo e deriv.	-	-	-	-	-	-	-
Art. de Borracha	-	-	-	-	-	-	-
Art. de Couro	30	1.203,0	4,4	2.205,9	6,9	981	6,8
Mat. de Const.	100	1.716,5	6,4	1.928,8	6,0	945	6,6
Mat. Transporte	4	17,0	*	45,3	0,1	15	0,1
Vidro	-	-	-	-	-	-	-
Metal e maquin.	32	984,0	3,6	1.940,2	6,1	503	3,5
Prod. químicos	14	338,5	1,2	957,1	3,0	89	0,6
Diversos	17	60,6	*	120,3	0,4	85	0,6
TOTAL	529	26.820,3	100,0	31.879,4	100,0	9.465	65,9

(-) Setor inexistente, (*) valor menor que 0,1%

FONTE: O Brasil, suas riquezas..., Resumo dos dados para MG, p. 60, vol. III

Observações: v. correção à p. 142 do vol. III

TABELA III

São Paulo: Estrutura Setorial da Indústria Manufatureira em 1907

SETORES	Nº DE ESTAB.	CAPITAL (CONTOS)	%	PRODUÇÃO (CONTOS)	%	OPERÁRIOS	%
Alimentos e bebidas	112	29.005,2	22,7	25.810,0	21,6	3.400	14,1
Alumínio	2	50,0	*	180,0	0,1	15	>
Texteis	30	54.083,7	42,3	44.990,5	38,0	9.700	40,3
Estuário e alçados	29	5.010,0	3,9	12.638,2	10,7	3.100	12,8
Madeira e seus produtos	41	2.415,0	1,9	4.806,0	4,0	1.100	4,6
Papel e papelão	4	3.141,0	2,4	2.118,0	1,8	100	0,7
Gráf. e editorial	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo e deriv.	-	-	-	-	-	-	-
Prod. de borracha	-	-	-	-	-	-	-
Prod. de couro	15	1.311,0	1,0	3.283,2	2,8	300	1,2
Prod. de const.	14	14.264,0	11,2	5.751,3	4,8	1.200	5,0
Prod. de transp.	5	445,6	0,3	647,6	0,5	210	0,9
Alcool	3	1.290,0	1,0	1.558,0	1,3	100	0,4
Metal e maquinas	36	10.005,0	7,8	8.220,4	6,9	2.100	8,6
Prod. químicos	26	5.097,6	3,9	6.225,9	5,3	1.400	5,7
Prod. diversos	9	1.584,0	1,2	1.848,0	1,6	300	1,2
TOTAL	326	127.700,0	100,0	118.085,0	100,0	24.100	100,0

-) Setor inexistente, (*) valor menor que 0,1%

VTE: Brasil, suas riquezas..., Resumo dos dados para São Paulo, vol. III, pp. 100

TABELA IV

ISTRITO FEDERAL: Estrutura Setorial da Indústria Manufactureira em 1907

SETORES	Nº DE ESTAB.	CAPITAL (CONTOS)	%	PRODUÇÃO (CONTOS)	%	OPERÁRIOS M	
Alimentos e bebidas	93.	22.070	13,2	54.451	24,9	2.079	10,5
Alumínio	10	1.080	0,6	2.556	1,2	7	0
Alumina	22	76.032	45,4	42.839	19,6	10.401	52
Armazenamento e alugados	155	17.001	10,1	32.870	15,0	7.054	35,4
Armadilha e seus produtos	78	7.074	4,2	21.535	9,9	1.940	9,7
Armadilha e papelão	11	1.940	1,1	2.123	1,0	273	1,4
Armadilha de borracha	2	13	*	36	*	20	0,1
Armadilha de couro	24	1.538	0,9	2.340	1,1	115	0,6
Armadilha de const.	46	2.275	1,3	4.017	1,8	342	1,7
Armadilha de transp.	18	7.941	4,7	12.436	5,7	4.874	24
Armadilha	1	1.200	0,7	1.550	0,8	140	0,7
Armadilha e maquinas	77	6.375	3,6	14.170	6,5	2.773	13,6
Armadilha. químicos	56	18.356	10,9	19.560	9,0	1.633	8
Armadilha versos	69	4.223	2,5	7.530	3,5	114	0,6
TOTAL	662	167.118	100,0	218.343	100,0	26.550	100,0

*)- valor menor que 0,1%

*)(*)- Esta cifra não confere com a da fonte. Entretanto, ela está correta.

VTE: O Brasil, suas riquezas...., vol. III, pp. 36-37

TABELA V

MINAS GERAIS, 1907 : Alguns indicadores setoriais da indústria manufatureira

SETORES	CAPITAL POR ESTAB. (CONTOS)	OPERÁRIOS POR ESTAB.	PRODUÇÃO POR ESTAB. (CONTOS)	CAPITAL POR OPERÁRIO (CONTOS)	PRODUÇÃO POR OPERÁRIO (CONTOS)	PROD. POR CAPITAL
Alimentos e bebidas	18,9	6,0	38,5	3,1	6,4	2,1
Fumo	21,3	26,8	69,4	0,8	2,6	3,2
Têxteis	469,0	130,6	355,7	3,6	2,7	0,7
Armazenamento e calçados	30,7	37,7	113,3	0,8	3,0	3,7
Madeira e seus produtos	16,7	5,5	35,1	3,0	6,0	2,0
Art. de couro	40,1	32,7	73,5	1,2	2,2	1,8
Mat. de const.	17,2	9,4	19,3	1,8	2,0	1,1
Mat. de transp.	4,2	3,8	11,3	1,1	3,0	2,7
Metal e máquinas	30,8	15,7	60,6	1,9	3,8	2,0
Prod. químicos	24,2	6,3	68,3	3,8	10,7	2,8
Diversos	3,6	5,0	7,1	0,7	1,4	2,1
Indústria manufatureira	50,7	17,7	60,3	2,8	3,4	1,2

NOTA: dados originais na tabela "Estrutura Setorial"...(tabela III)

CIDADES GERAIS, 1907: CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS, SEGUNDO O CAPITAL E O NÚMERO DE OPERÁRIOS

EMPRESAS SEGUNDO CAPITAL E O NÚ- MERO DE OPERÁRIOS	VALORES ABSOLUTOS				MÉDIAS			NÚMEROS RELATIVOS (%)			
	NÚMERO DE EMPRESAS	CAPITAL (CONTOS)	NÚMERO DE OPERÁRIOS	PRODUÇÃO (CONTOS)	CAPITAL POR EMPRESA	OPERÁRIOS POR EMPRESA	PRODUÇÃO POR EMPRESA	NÚMERO DE EMPRESAS	CAPITAL	NÚMERO DE OPERÁRIOS	PRODUÇÃO
MENOS DE 1.000 CONTOS E 100 OU MAIS OPERÁRIOS	23	10.207	4.189	9.596	443,8	182	417,2	4,30	38,00	44,50	30,10
1.000 CONTOS OU MAIS E 100 OU MAIS OPERÁRIOS	2	4.422	1.211	2.380	2.211,0	605	1.190,0	0,37	16,40	12,80	7,40
1.000 CONTOS OU MAIS E MENOS DE 100 OPERÁRIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MENOS DE 1.000 CONTOS E MENOS DE 100 OPERÁRIOS	504	12.191	4.005	19.903	24,2	8	39,5	95,30	45,40	42,60	62,40
TOTAL DO ESTADO	529	26.820	9.405	31.879	50,7	18	60,3	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: O Brasil, suas riquezas ..., v.3, pp.45-59.

MINAS GERAIS, 1967: DISTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA POR AS REGIÕES DO ESTADO

REGIÃO	ESTABELECIMENTOS		CAPITAL		OPERÁRIOS		PRODUÇÃO		CAPITAL POR EMPRESA	OPERÁRIOS POR EMPRESA	PRODUÇÃO POR EMPRESA
	Nº	%*	CONTOS	%	Nº	%	CONTOS	%			
SUL	159	31.6	1.280,5	5.0	749	8.4	3.283,0	10.6	8.05	4.71	20.64
MATA	183	36.4	10.494,0	41.4	3.002	33.6	14.532,5	47.3	57.34	16.40	79.41
METALÚRGICA	135	26.8	9.373,5	36.9	4.188	46.9	10.563,0	34.3	69.43	31.02	78.24
OUTRAS**	25	4.9	4.195,0	16.5	974	10.9	2.328,5	7.5	167.80	38.96	93.14
TOTAL+	502	100.0	25.343,0	100.0	8.913	100.0	30.707,0	100,0	-	-	-
NÃO LOCALIZADOS	22	-	1.172,0	-	508	-	1.537,0	-	-	-	-
MINAS GERAIS	524	-	26.515	-	9.421	-	32.244	-	50.60	17.97	61.53

(*) As porcentagens se referem ao total dos estabelecimentos cuja localização pôde ser identificada.

(**) Inclui as regiões Oeste, Triângulo, Alto São Francisco, Alto Jequitinhonha, Rio Doce, Alto Médio São Francisco, Urucuia, Alto Paranaíba.

(+) Total dos estabelecimentos localizados.

FONTE: O Brasil, suas riquezas ..., vol. 3, pp. 45-59.

MINAS GERAIS 1997: COBERTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA, POR REGIÕES DO ESTADO

	MATA				METALÚRGICA				OUTRAS**			
	OPERÁRIOS		PRODUÇÃO		OPERÁRIOS		PRODUÇÃO		OPERÁRIOS		PRODUÇÃO	
	Nº	%	CONTOS	%	Nº	%	CONTOS	%	Nº	%	CONTOS	%
Alimentos e bebidas	890	29.6	5.989	41.2	217	5.2	1.226,5	11.6	53	5.4	453.5	19.4
Alcoól	26	0.8	247	1.7	142	3.4	227,5	2.2	-	-	-	-
Alumínio	1.600	53.3	6.064	41.7	1.874	44.7	4.738	44.8	908	93.2	1.833	78.7
Automóvel e Calçado	-	-	-	-	110	2.6	332	3.1	-	-	-	-
Automóvel e seus prod.	29	0.9	157	1.1	43	1.0	299	2.8	-	-	-	-
Óleo e produtos de Couro	68	2.3	325	2.2	843	20.1	1.267	12.0	6	0.6	40	1.7
Indústria e Construção	271	9.0	642,5	4.4	436	10.4	780	7.4	-	-	-	-
Indústria e Transporte	-	-	-	-	15	0.3	45	0.4	-	-	-	-
Produtos Químicos	26	0.8	374	2.6	60	1.4	557	5.3	-	-	-	-
Indústria e Máquinas	92	3.0	734	5.0	362	8.6	971	9.2	7	0.7	2	*
Outros	-	-	-	-	86	2.0	120	1.1	-	-	-	-
	3.002	100.0	14.532,5	100.0	4.188	100.0	10.563	100.0	974	100.0	2.328,5	100.0

Valor menor que 0.1%

Inclui todas as outras regiões do estado, com exceção da região Sul

*: O Brasil, suas riquezas ..., vol. 3, pp. 45-59.

TABELA XIII

SÃO PAULO, 1920: ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA

SETORES	Nº DE ESTAB.	CAPITAL (CONTOS)	%	PRODUÇÃO (CONTOS)	%	OPERÁRIOS	%
Alimentos, Bebidas e Fumo	1.267	127.257	23.6	343.784	34.9	11.213	23.0
Textil	247	223.645	41.6	302.505	30.1	34.825	41.4
Vestuário e Calçado	736	42.917	8.0	93.432	9.5	10.494	12.5
Madeira e seus Produtos	390	18.431	3.4	32.257	3.3	4.119	4.9
Art. de Couro	86	15.940	3.0	20.511	2.1	1.104	1.3
Material de Construção	55	3.818	0.7	9.336	0.9	726	0.9
Material de Transporte	237	8.511	1.6	24.180	2.4	1.453	1.8
Met. e Máquinas	142	28.491	5.3	47.092	4.8	5.514	6.6
Produtos Químicos	265	39.138	7.3	69.032	7.0	4.748	5.7
Cerâmica	696	26.201	4.9	39.192	4.0	9.360	11.2
Diversos	22	3.462	0.6	4.789	0.5	437	0.5
TOTAL*	4.145	537.811	100.0	986.110	100.0	83.998	100.0

(*) Totais diferem ligeiramente dos totais da fonte, devido o arredondamentos.

FONTE: Recenseamento do Brasil, 1920, vol. 5, 1ª parte, p. 446.

Nota: A classificação industrial utilizada no censo industrial de 1920 nas Tabelas XI e XII foi ligeiramente alterada neste trabalho, na forma que se segue:

TABELA XIII

MINAS GERAIS, 1920: ALGUNS INDICADORES SETORIAIS DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA

SETORES	CAPITAL POR ESTABEL. (contos)	OPERÁRIOS POR ESTABEL.	PRODUÇÃO POR ESTABEL. (contos)	CAPITAL POR OPERÁRIOS (contos)	PRODUÇÃO POR OPERÁRIOS (contos)	Índice
Alimentos, bebidas e fumo	58.74	7.3	163.79	8.07	22.51	74
Textil	506.51	123.6	664.28	4.09	5.37	100
Armazenário e malçados	13.89	5.4	31.13	2.54	5.71	107
Aldeira e seus produtos	55.57	12.9	102.38	4.31	7.84	144
Art. de couro	45.07	5.3	68.87	8.44	12.82	152
Materiais de construções	46.00	12.4	71.26	3.71	6.23	168
Art. de transporte	5.41	4.3	17.98	1.26	4.18	170
Metal e maquinas	42.32	11.1	50.97	3.81	4.59	194
Produtos quimicos	22.83	4.4	75.53	5.18	17.18	330
Cerâmica	22.37	8.9	32.83	2.50	3.69	148
Diversos	16.33	2.3	10.33	7.00	4.49	157
TOTAL	72.21	14.9	138.41	4.84	9.08	187

ONTE: tabela nº

TABELA XV

MINAS GERAIS, 1920: CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO

VALOR DA PRODUÇÃO (contos)	NÚMERO DE ESTABEL.	NÚMERO DE OPERÁRIOS	% DO NÚMERO TOTAL DE OPERÁRIOS	VALOR TOTAL PRODUÇÃO
DE 00 a 49	835	3.487	18.8	1.243
DE 50 a 499	328	4.733	25.5	21.1
500 - 999	42	4.223	22.8	300.5
1000 e mais	38	6.079	32.8	1.000.0
TOTAL	1.243	18.522	100.0	1.544.8

FONTE: Recenseamento do Brasil, 1920, vol. V, 1ª parte, pp. 422-423

MINAS GERAIS, 1920: DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO CAFEEIRA PELAS REGIÕES

REGIÃO	MUNICÍPIOS PRODUTORES IDENTIFICADOS	PRODUÇÃO CAFEEIRA (1000 kg)	%
MATA	26	101.900	40.2
SUL	41	83.500	33.0
RIO DOCE	9	24.755	9.8
OESTE	17	12.005	4.7
MUCURI	3	8.790	3.5
ALTO PARANAÍBA	6	3.150	1.2
TRIÂNGULO	1	2.400	0.9
METALÚRGICA	5	2.253	0.8
ITACAMBIRA	3	1.170	0.5
ALTO JEQUITINHONHA	2	660	0.3
OUTROS*	-	12.303	4.8
MINAS GERAIS	113	253.126	100.0

(*) Inclui 5 municípios cuja localização não foi identificada e os municípios com produção inferior a 180.000 Kg.

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais, 2: 312-13, 1922-25

MINAS GERAIS, 1922-25. INTERPRETAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR REGIÕES

REGIÕES	VALOR EM PRODUÇÃO (CONTOS)	%
MATA	286.861	27.9
METALÚRGICA	180.717	17.6
SUL	162.978	15.9
OESTE	89.360	8.7
RIO DOCE	63.838	6.2
TRIÂNGULO	37.344	3.6
ALTO PARANAÍBA	26.315	2.6
OUTRAS*	144.543	14.1
NÃO-IDENTIFICADOS**	33.836	3.3
MINAS GERAIS	1.025.792 ⁺	100.0

(*) Inclui as regiões: Mucuri, Alto Médio São Francisco, Alto São Francisco, Alto Jequitinhonha, Itacambira, Urucuaia, Médio São Francisco.

(**) Inclui 9 municípios cuja localização não foi identificada na fonte, devido a arredondamentos.

(+) O total difere ligeiramente do total apresentado

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais, 2:398-414, 1922-25.

TABELA 18

Minas Gerais, 1907: Distribuição Espacial da Indústria Manufatureira

Município ou localidade	Região	Nº estab.	Capital (contos)	Nº Operários	Pop. (1900)
Alfenas	Sul	10	38.5	30	10.000
Areão	Sul	1	8	4	1.000
Alvinópolis	Mata	1	180	85	1.000
Além Paraíba	Mata	2	28	14	1.000
Aiuruoca	Sul	4	69	24	1.000
Araguari	Triang.	1	6	3	1.000
Belmonte		1	4	4	1.000
Bias Fortes	Mata	1	50	8	1.000
Baependi	Sul	23	217	94	10.000
Barbacena	Met.	11	213	251	30.000
Biquinha		1	2	2	1.000
Belo Horizonte	Met.	41	612.5	233	100.000
Bonsucesso	Oeste	6	40	27	1.000
Cataguazes	Mata	14	338	108	1.000
Carangola	Mata	8	54	21	1.000
Campos Gerais	Sul	3	10.5	9	1.000
Carmo da Mata	Oeste	1	18	6	1.000
Curvelo	ASF	1	100	100	1.000
Cachoeira de Macacos	Met.	1	634	224	1.000
TOTAL PARCIAL		131	2622,5	1.247	150.000

cont.

Município	Região	Nº estab.	Capital	Nº Operários	Prod. (mil)
Cidade do Pará	Oeste	1	350	60	12
Catas Altas do Mato Dentro	Met.	14	46.5	25	15
Carandá	Met.	4	89	70	13
Caxambu	Sul	3	11	16	5
Carmo do Rio Verde		2	21	9	4
Carmo do Rio Claro	Sul	12	88	45	25
Campanha	Sul	2	7.5	6	2
Caeté	Met.	1	752	180	10
Dores do Paraibuna	Mata	1	12	5	2
Dores da Boa Esperança	Sul	7	77.5	33	15
Diamantina	AJ	1	600	116	20
Estação Esperança	Met.	1	180	210	4
Esperança		2	100	19	1
Francisco Salles		3	68	25	14
Quarara	Mata	13	54.5	41	15
Guaranésia	Sul	1	3	3	2
Gouveia	AJ	1	595	103	20
Itabira do Campo	Met.	5	767	178	50
Itabira do Mato Dentro	R. Doce	2	434	118	10
Itaúna	Oeste	3	727	111	30
Ibituruna		3	47	22	11
Itajubá	Sul	10	42	32	15

cont.

Município	Região	Nº estab.	Capital (contos)	Nº Operários	Receita (contos)
Juiz de Fora	Mata	43	5859	1516	8371
João Ayres		1	15	5	5
Lagoa Dourada	Met.	1	43	12	132
Lavras	Sul	4	251	162	475
Livramento		1	12	4	25
Leopoldina	Mata	16	118.5	47	394.5
Lima Duarte	Mata	1	20	6	12
Lambari	Sul	9	58.5	30	187
Mar de Espanha	Mata	5	94	32	255
Marzagão		1	655	180	387
Montes Claros	AMSF	1	517	100	17
Morro Alto		1	8	2	14
Mantiqueira	Sul	1	25	6	77
Ouro Preto	Met.	7	591	225	727
Ouro Fino	Sul	13	65	37	47
Pedra do Sino		1	100	104	192
Passa Quatro	Sul	4	16	32	54
Pouso Alegre	Sul	21	85	58	187.5
Pomba	Mata	1	6	3	15
Pouso Alto	Sul	4	20.5	11	27
TOTAL PARCIAL		136	8559,5	2572	11587

cont.

Município	Região	Nº estab.	Capital (contos)	Nº Operários	Pop. (contos)
Poços de Caldas	Sul	1	3.5	3	10
Pitangui	Oeste	1	425	113	30
Passos	Sul	4	24.5	18	7
Prados	Met.	3	439	814	104
Palma	Mata	1	10	2	1
Paracatu	Urucuia	1	25	6	10
Ponte Nova	Mata	8	877	213	40
Patrocínio	A.Par.	2	14	6	1
Palmira	Mata	5	568	118	10
Pedro Leopoldo	Met.	1	700	240	20
Queluz	Met.	20	189	186	3
Rio das Mortes	Met.	2	24	12	10
Rio Claro		1	20	9	10
Rio Preto	Mata	15	44.5	35	10
Ressaquinha	Met.	1	35	11	1
Rio Novo	Mata	6	19	18	1
Rio Branco	Mata	1	300	60	10
São Paulo do Muriaé	Mata	10	46.5	28	10
São Pedro do Muriaé	Mata	1	30	8	1
Serraria		1	25	6	1
São João del Rei	Met.	17	551.5	224	50
TOTAL PARCIAL		102	4370,5	2130	50

cont.

Município	Região	Nº estab.	Capital	Nº Operários	Popul. (1950)
Stº Antonio do Machado	Sul	1	6	6	1.000
São Gonçalo do Sapucaí	Sul	2	55	16	15.000
Sapucaí	Sul	1	3	1	1.000
Santa Rita do Sapucaí	Sul	9	34.5	32	5.000
São Sebastião	Sul	1	14	6	1.000
Stª Rita do Rio Abaixo		1	35	10	1.000
Sete Lagoas	Met.	2	2652	886	25.000
Sítio		3	75	112	2.000
Santa Bárbara	Met.	1	637	120	5.000
Stª Bárbara do Mato Dentro	Met.	1	200	80	1.000
São João Nepomuceno	Mata	10	691.5	399	7.000
Três Pontas	Sul	3	21	17	1.500
Tiradentes	Met.	1	18	6	1.000
Turvo	Mata	5	85.5	22	3.000
Três Corações	Sul	3	10	9	1.000
Uberaba	Triângulo	3	344	105	2.000
Ubá	Mata	9	52.5	25	1.000
Varginha	Sul	2	16	8	1.000
Viçosa	Mata	5	940.5	183	5.000
TOTAL PARCIAL		63	5890,5	2043	50.000
MINAS GERAIS		524	26515	9421	320.000

FONTE: O Brasil, suas riquezas ..., vol.III, pp. 45-59.

NOTAS DO CAPÍTULO II

- 1- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo, Difel, 1977. p. 17.
- 2- _____. p. 20.
- 3- _____. p. 20-21.
- 4- Além desses componentes do complexo CANO ainda acrescenta algumas variáveis (p.20) que atuam sobre ele como o movimento imigratório, o capital externo, as políticas monetária, cambial, tarifária, etc.
5. Mensagem dirigida pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Joaquim Candido da Costa Sena ao Congresso Mineiro, 1902. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902. p. 35. Uma detalhada apresentação sobre o parque ferroviário nacional em 1907 pode ser encontrada no Censo daquele ano. Villela e Suzigan (pp. 392-404) abordam igualmente a situação do parque ferroviário, assim como o problema da intervenção estatal nesse setor.
- 6- Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano Brandão ao Congresso Mineiro, 1901. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1901. p. 26.
- 7- CANO, Wilson. op. cit. p. 50
- 8- _____. p. 52.
- 9- CANO, Wilson. op. cit. p. 53. Nesta mesma obra são dadas informações adicionais sobre o montante do capital investido nas ferrovias e cotejados com os capitais investidos na indústria.
- 10- _____. p. 81 e 147.
- 11- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.
- 12- _____. p. 59.
- 13- DRAIBE, S. M. Classes e industrialização na Argentina- Contribuição à análise das relações entre Burguesia Exportadora e Burguesia Industrial. Tese de Mestrado apresentada junto à ELAS-FLACSO. Santiago 1972/73. p. 51.

- 14- SILVA, S. op. cit., p. 60.
- 15- Na afirmação da dominância do capital comercial me baseio e acompanho J. M. Cardoso de Mello, op. cit., p. 107 e seguintes.
- 16- STEIN, Stanley, Grandeza e decadência do café. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- 17- STEIN, Stanley. op. cit. p. 103.
- 18- _____. p. 98.
- 19- Ver STEIN, E. op. cit. p. 101.
- 20- CAPRI, Roberto. Minas Gerais e seus municípios - Zona da Mata. São Paulo, Weiss e Cia., 1916.
Este autor que viajou pela Zona da Mata em 1915 reuniu suas impressões neste curioso álbum,
- 21- TAUNAY, A. op. cit. v. 7, p. 42.
- 22- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente de Estado de Minas Gerais. Este autor que viajou pela Zona da Mata em 1915 reuniu suas impressões neste curioso álbum que conta inclusive com várias fotografias.
- 21- TAUNAY, A. op. cit. v. 7, p. 42
- 22- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado de Minas.
- 23- _____. p. 488.
- 24- Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Juscelino Barbosa, Secretário das Finanças pelo Engenheiro Carlos Prates, Diretor de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909.
- 25- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Barbosa, Secretário das Finanças pelo Engenheiro Carlos Prates, Diretor de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909. p. 310.
- 26- _____. p. 323.
- 27- ALVIM, A. Projeção econômica e social da lavoura cafeeira no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929. p. 70.

- 28- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Barbosa, Secretário das Finanças pelo Engenheiro Carlos Prates, Diretor de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909. p. 510.
- 29- STEIN, Stanley. op. cit., p. 36. Esse aspecto foi tratado e aprofundado em J.M. Cardoso de Mello, op. cit., p.63-65 e Maria S. Carvalho Franco, Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 171-172.
- 30- Sobre este ponto lembramos, como faz Wilson Cano, op. cit., p. 84, a importância de déficit público no processo de acumulação de capital de acordo com o que foi estabelecido por Kalēcki em sua Teoria da Dinâmica Econômica.
- 31- Indústria de Transportes, Indústria Fabril. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro, M. Orosco e Cia.,
- 32- Cf. Wilson Cano op. cit. ., pag. 94 e segue-se
- 33- O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias, op. cit. pag. 13
- 34- _____. p. 83.
- 35- _____. p. 45-59
- 36- _____. p. 129-30
- 37- _____. p. 36-37
- 38- GRAHAM, R. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914. São Paulo, Brasiliense, 1973. pag. 138.
- 39- SILVA, Sérgio. op. cit.
- 40- _____. p. 83.
- 41- _____. p. 84-85.
- 42- _____. p. 84-85.

- 43- Indústria de Transportes, Indústria Fabril. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro, M. Orosco e Cia., 1909. v. 3, p. 45-59.
- 44- _____. p. 45-59
- 45- Ver a **esse** respeito A.B. Castro. A industrialização descentralizada no Brasil. In 7 Ensaaios sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1971. v. 2.
- 46- A esse respeito ver W. Cano, op. cit. , p. 199
- 47- Como é o caso, por exemplo, da família Ribeiro Junqueira de Leopoldina. Se, por um lado, eles eram grandes produtores de café, por outro, sua participação na atividade industrial se resumia a um moinho com vinte contos de capital e 6 operários, conforme o censo de 1907.
- 48- O Brasil, suas riquezas. p. 47.
49. CANO, W. op. cit., p. 296,

CONCLUSÕES

Certamente não passou despercebido ao leitor atento, não só, conclusões específicas que enunciamos ao longo do trabalho, bem como determinados pontos que não foram examinados com a devida profundidade.

Deter-nos-emos aqui, apenas nas conclusões de caráter mais geral. No tocante ao exame do "complexo cafeeiro de Minas" chegamos às seguintes constatações:

- essa escravista economia cafeeira, por sinal predatória, esbarrou desde cedo com o problema da exaustão de suas terras e não contou com maior disponibilidade de terras aptas para sua renovação produtiva, ou para sua expansão na Zona da Mata.
- sua acumulação deu-se, portanto, com baixo nível de produtividade física e econômica, reforçadas ainda pela exígua tecnificação, entendida, tanto pelas condições topográficas quanto, pela barreira imposta pela utilização do trabalho escrevo.
- reforçava ainda a assertiva acima o reduzido tamanho de suas propriedades.
- vinda a transição do trabalho escravo para o assalariado, tal processo se deu de forma extremamente débil: ao invés de homens livres, submetidos ao salário, predominaram largamente as arcaicas formas da parceria.

- todas essas condições resultaram, portanto, em baixo nível de rentabilidade. Agravando esse negativo quadro, a dominação do capital comercial extraia-lhe parte importante de seu excedente, compulsoriamente transferido para a praça do Rio de Janeiro.

Por tudo isso foi precário o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Baixa rentabilidade e perda de parcela de seu excedente não permitiram que os segmentos urbanos (comércio, finanças, transporte, indústria, vida urbana, etc.) do complexo tivessem expansão satisfatória.

Por outro lado, ao se constituir e desenvolver dessa forma a economia cafeeira da Zona da Mata, ao que tudo indica não proporcionou maiores articulações com o espaço econômico mineiro.

No tocante ao desenvolvimento da indústria mineira o que se notou foi a predominância maciça da pequena e média indústria, apresentando inferiores níveis de eficiência e produtividade em relação à média nacional e, ainda amplamente dispersa por todo o território de Minas Gerais. Poucos indícios pudemos constatar de que houvesse tido expressiva vinculação direta entre acumulação cafeeira e expansão industrial.

Inversamente, sabemos que as condições de desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista foram radicalmente distintas. Ali se configurou, rapidamente, epressivas relações capitalistas de produção, que proporcionaram intensa

vida urbana e geraram o maior parque industrial do país.

Pensamos ter reforçado as razões que nos levaram a fixar o período de análise entre 1870 e 1920. Efetivamente será o período posterior a 1920 aquele que apresentará transformações de maior vulto para a economia mineira. Nele, dar-se-ia a retomada cafeeira; o surgimento de um embrião de sistema bancário; um considerável reforço da oferta de alimentos de Minas para outras regiões, e uma expressiva expansão industrial, calcada na metalurgia. Dependendo obviamente de aprofundadas pesquisas - que reputamos relevantes e de urgência - estes fatos sugerem claramente tratar-se de fase marcadamente distinta da que analisamos.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, Aristóteles. Confrontos e deduções. In: MINAS e o bi-centenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927. Belo Ho-rizonte, Imprensa Oficial, 1929.
- ALVIM, Sócrates. Projeção econômica e social da lavoura ca-feeira em Minas. In: MINAS e o bicentenário do cafe-eiro no Brasil, 1727-1927. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.
- Anuário Estatístico de Minas Gerais, Ano II (1929-1925). Se-cretaria de Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.
- BANDEIRA JR., Antonio Francisco. A indústria no estado de São Paulo em 1901. São Paulo, Tip. do Diário Oficial, 1901.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Pau-lo. São Paulo, Difel, 1977.
- CAPRI, Roberto. Minas Gerais e seus municípios - Zona da Ma-ta. São Paulo, Weiss e Cia, 1916
- CASTRO, Antonio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasi-leira. Rio de Janeiro, Forense, 1971.
- CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA, Emilia Viotti da. Da Senzala à Colônia. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- COUTO, Elcio Costa. Evolução e tendências da indústria em Minas Gerais. Cadernos BDMG, (1) mar. 1968.
- DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- DELFIN, Netto, Antonio. O problema do Café no Brasil. São Paulo, 1966.

- DIAS, Fernando Correa. A imagem de Minas. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971.
- DRAIBE, S.M. "Classes e industrialização na Argentina". Tese de Mestrado apresentada junto à E.L.A.S. - FLACSO, Santiago, 1972/73.
- ESTEVES, Albino. Album do município de Juiz de Fora. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915.
- FRAGA, Constantino C. - Resenha histórica do Café no Brasil. Boletim da Divisão Econômica Rural. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 1963.
- FRANCO, M.S. Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 171/172.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 4a. edição Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- GRANZIERA, Rui. Moeda e Crédito no limiar do Capitalismo no Brasil. (A outra história financeira) - Tese de Doutorado apresentada no IFCH - UNICAMP - Campinas, 1976.
- HOLLOWAY, Thomas. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar. Estudos Econômicos, 2 (6) dez. 1972.
- IGLÊSIAS, Francisco. Breve história econômica de Minas Gerais. Belo Horizonte, publicação avulsa, s/d.
- Inquérito do Centro Industrial do Brasil: o Brasil suas riquezas naturais, suas indústrias, v.3. Rio de Janeiro, M. Orosco e Cia., 1909.
- JACOB, Rodolpho. Minas Gerais no XXº século, Gomes, Irmão e Cia., 1911.

- MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1975. (Tese de Doutorado).
- Mensagens Presidências dirigidas ao Congresso Mineiro.
- MERCADANTE, Paulo. Os sertões do leste; estudo de uma região: A mata mineira. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- MONTEIRO, Norma de . Imigração e colonização em Minas, 1889-1930. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1974.
- OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Dias Cardoso, 1953.
- PRATES, Carlos. A lavoura e indústria da Zona da Mata. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.
- Recenseamento do Brasil, 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística, v.5, 1a. parte, e v. 3, 1a. parte.
- Relatórios da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
- SILVA, Liana Maria Aureliano. No limiar da industrialização - estado e acumulação de capital, 1919-1937. Tese de Doutorado apresentada no IFCH-UNICAMP. Campinas, 1976.
- SENNA, Nelson de . A terra mineira: chorografia do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial,
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1968.
- STEIN, Stanley. Grandeza e decadência do café. São Paulo. Brasiliense, 1961.
- TANNURI, L. Antonio. O Encilhamento. Tese de Mestrado apresentada no IFCH-UNICAMP. Campinas, 1977.

- TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. História do café no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943. 15 v.
- UBATUBA, Ezequiel. Na Zona da Mata - das margens do Pomba às do Paraíba, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918.